

# PERNAMBUCO

## OS INDÍGENAS E A NARRATIVA DA CONSTITUIÇÃO

Nos 30 anos da Carta Magna,  
especial mostra a participação da  
retórica indígena na sua criação



# CARTA DOS EDITORES

**B**rasil, o que faço com a minha cara de índia?, pergunta um poema de Eliane Potiguará. A partir dessa questão é que se constrói a capa desta edição – a de número 150 do **Pernambuco** –, que pensa os 30 anos da Constituição pela participação dos indígenas em sua criação. Pedro Mandagará nos mostra que ela foi de suma importância: sem a retórica dos indígenas, os direitos dessas populações jamais seriam respeitados. Brigaram por espaço dentro da *narrativa* que normatiza o funcionamento do país. Além disso, um breve artigo de Daniel Munduruku introduz os leitores na construção histórica do imaginário sobre essas populações ainda tão oprimidas.

Caio Fernando Abreu faria 70 anos em 2018 e uma reunião de todos os seus contos foi lançada. Ramon Ramos pensa como o volume permite ver nuances da escrita do autor. Há 40 anos, o poeta português Ruy Belo falecia. Vários livros seus foram publicados no Brasil, mas ele continua desconhecido. Isabela Benassi nos apresenta nuances de sua poética a partir das aparições do idioma, do corpo e da morte.

Dois textos abordam questões envolvendo racismo, morte e controle: Allan da Rosa pensa a ideia de *necropolítica*, cunhada pelo filósofo Achille Mbembe, a partir de três ficções de autoria negra; e, na entrevista, Juliana Borges explica a necessidade de discutir as lógicas de encarceramento para pensarmos os racismos – são corpos cuja vida é subjugada ao poder da morte, o que dialoga com as ideias de Mbembe.

Destacamos a resenha feita por Adelaide Ivánova sobre *Ariel*, de Sylvia Plath, republicado no país. Ivánova pensa o lugar de Plath no cânone literário ao enxergá-la como dona de uma dicção que fora alçada ao cânone por escrever a partir de (e para) autores consagrados. Com a ascensão dos feminismos contemporâneos, o lugar de certas autoras torna-se instável. Concorde-se ou não com as ideias, trata-se de debate necessário.

E mais: José Castelo fala de opressão e literatura a partir de *Clarice*, de Roger Melo; e Everardo Norões lembra de como a arte nos leva às encruzilhadas da memória e do afeto.

**Boa leitura a todas e todos!**

## COLABORAM NESTA EDIÇÃO



**Adelaide Ivánova**, poeta, tradutora e fotógrafa, autora de *O martelo e Polaroides*



**Daniel Munduruku**, escritor, doutor em Educação (USP), pós-doutor em linguística (UFSCar), autor de *Kabá Darebu*



**Pedro Mandagará**, professor e pesquisador da Universidade de Brasília (UnB)

**Allan da Rosa**, historiador, angoleiro e arte-educador popular, autor de *Pedagogingia, autonomia e mocambagem*; **Isabela Benassi**, escritora e mestranda em Literatura Portuguesa (USP); **Leonardo Nascimento**, jornalista e mestrando em Antropologia (UFRJ); **Marcelo Lotufo**, editor, tradutor e doutor em Literatura Comparada (Brown University); **Priscilla Campos**, jornalista e mestra em Teoria Literária (UFPE); **Ramon Ramos**, escritor e mestre em Literatura (PUC-RJ).

## EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Governador  
Paulo Henrique Saraiva Câmara

Vice-governador  
Raul Henry

Secretário da Casa Civil  
André Wilson de Queiroz Campos

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE

Presidente  
Ricardo Leitão

Diretor de Produção e Edição  
Ricardo Melo

Diretor Administrativo e Financeiro  
Bráulio Meneses

## PERNAMBUCO

**Cepe** EDITORA Uma publicação da Cepe Editora  
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro – Recife  
Pernambuco – CEP: 50100-140

Redação: (81) 3183.2787 | redacao@suplementope.com.br

SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO EDITORIAL  
Luiz Arrais

EDITOR  
Schneider Carpeggiani

EDITOR ASSISTENTE  
Igor Gomes

DIAGRAMAÇÃO E ARTE  
Hana Luzia, Janio Santos e Maria Júlia Moreira

TRATAMENTO DE IMAGEM  
Agelson Soares e Nêlio Chiapetta

REVISÃO  
Dudley Barbosa e Maria Helena Pôrto

COLUNISTAS  
Everardo Norões, José Castello e Wellington de Melo

PRODUÇÃO GRÁFICA  
Júlio Gonçalves, Eliseu Souza, Márcio Roberto, Joselma Firmino e Sôstenes Fernandes

MARKETING E VENDAS  
Daniela Brayner, Rafael Chagas e Rosana Galvão

E-mail: marketing@cepe.com.br  
Telefone: (81) 3183.2756



No Brasil de 2018, notícias falsas circulam em aplicativos de mensagens nos celulares e são difundidas por um público que não se preocupa em checá-las. A partir do olhar sobre o uso político de ferramentas como o Whatsapp no contexto das fake news, a reportagem de capa da **Continente** reflete sobre os vínculos entre o conceito de “pós-verdade” e a relativização dos fatos e, também, sobre o futuro do próprio jornalismo.

[www.revistacontinente.com.br](http://www.revistacontinente.com.br)

[f](https://www.facebook.com/revistacontinente) [i](https://www.instagram.com/revistacontinente) /revistacontinente

[t](https://www.tumblr.com/revconinente) /revconinente

## BASTIDORES

# Formas de se aproximar dessa poesia

Sobre traduzir Adrienne Rich – poeta e ativista do feminismo – não apenas como esforço criativo, mas como possibilidade de tornar as diferenças produtivas



HANA LUZIA

## Marcelo Lotufo

**A poeta e tradutora** Rosmarie Waldrop, em uma entrevista para o pequeno jornal literário *Fact-Simile*, propõe pensarmos a tradução como uma atividade colaborativa, ao menos para quem traduz, se não também para quem escreve o texto original. Traduzir, ela diz, é uma oportunidade de tornar-se (co)autor de algo que você não poderia ter escrito sozinho. “Esta é a verdadeira razão para traduzirmos: você encontra um texto que admira – que você deseja ter escrito, mas que não poderia de maneira alguma tê-lo feito sozinho – então você o ‘escreve’ ao traduzi-lo.” Em 2018, depois de anos lendo sua poesia, resolvi finalmente traduzir uma pequena seleção de poemas da norte-americana Adrienne Rich (1929-2012), para a coleção de *pequenos livros* de poesia contemporânea em tradução das Edições Jaboticaba. O livro será lançado no mês que vem.

A poesia de Rich já deveria estar nas livrarias brasileiras há muito tempo, ainda assim o momento parece particularmente propício para publicarmos no país uma seleção dos seus poemas. Rich fala para o nosso tempo; para tempos de violência e retrocessos. Colocar hoje em circulação uma escritora que escolheu participar de forma ativa – como ativista e poeta – das lutas por direitos civis dos negros nos anos 1960 e 1970, do movimento pacifista contrário à guerra do Vietnã e da segunda onda feminista é uma maneira de historicizar desafios que continuam incompletos e prementes, como ficou ainda mais claro após o golpe de 2016. Não é preciso dar dados, basta abrir os jornais. Estes poemas, mais do que nunca, pertencem às nossas bibliotecas; são poemas que eu gostaria de ver compartilhados entre amigos e leitores de poesia e, por isso, eu escolhi traduzi-los.

Os versos de Rich exploram também outro aspecto da vida da poeta: a sua sexualidade. Ela é autora de poemas emblemáticos sobre o amor lésbico. Em alguns deles, incluídos no nosso volume, escreve tanto sobre suas companheiras quanto sobre o percurso até assumir sua sexualidade de forma pública. Fala do tempo que perdeu fingindo ser amizade o que era, de fato, amor profundo e entrega. Estes poemas, poemas líricos e de amor, também são poemas políticos que desafiam os retrocessos do nosso tempo e reforçam o que deveria ser óbvio: a diversidade é bem-vinda. Importante pensadora feminista, Rich batalhou para ampliar o que entendíamos por mulher. A experiência do feminino não se resumia a uma experiência branca, heterossexual e de classe média, como a retórica das primeiras feministas parecia indicar, mas era composta de uma grande gama de experiências de mundo: mulheres negras, mulheres latinas, mulheres pobres, homossexuais e bissexuais. Explorar de forma pública a sua própria sexualidade, neste contexto, também se revela uma tentativa de combater um sistema patriarcal e injusto que opera em diferentes níveis, moldando inclusive a percepção que temos de nós mesmos.

Estes poemas, talvez pelo encontro delicado entre subjetividade e política, estão entre os mais fortes da poeta; testam os limites da própria literatura e nos convidam a mergulhar a fundo na nossa própria subjetividade, por mais complexas que elas sejam. São poemas transformadores.

Pensar a tradução como colaboração, como sugere Waldrop, também depende da nossa abertura à diferença. Traduzir é aproximar-se de um texto, e de uma experiência, de forma intensa e aberta. A capacidade de um tradutor, por isso, está fortemente ligada à sua capacidade de experimentar a alteridade da leitura, à sua capacidade de se aproximar do outro mesmo sendo diferente; isto é, de querer escrever um texto que você não poderia ter escrito sozinho. Rich também acreditava na alteridade da literatura. Além de poeta, foi professora de leitura e escrita para comunidades carentes na cidade de Nova York, tentando preparar seus alunos para ingressarem na universidade. As suas aulas eram centradas na leitura de textos literários, ponto de partida para discussões e exercícios feitos com os alunos. Parte desta escolha se dava pela crença da poeta de que literatura é um espaço onde se pode arriscar, mas também um espaço com potencial para ampliar mundos e sentidos. Um lugar onde diferenças podem ser negociadas, vivenciadas, ampliadas e discutidas: “pessoas ingressam na liberdade da língua através da leitura, antes mesmo de escreverem; as diferenças de tom, ritmo, vocabulário, intenção que encontramos durante nossos anos de leitura são, entre outras coisas, sugestivas de muitas maneiras diferentes de se existir”.

A tradução, não como atividade burocrática, mas como entrega, é uma atividade transformadora. O resultado para o leitor, claro, depende também de outras habilidades do tradutor: o seu domínio da língua, conhecimento da tradição, acerto do tom etc. Mas um bom tradutor que não se entregar ao que traduz dificilmente fará um bom trabalho; ou melhor, fará só um trabalho. E literatura nunca deveria ser só um trabalho. Espero que esta entrega, que minha vontade de me aproximar de Adrienne Rich, de me abrir às suas lutas e experiências transpareça na minha tradução; e que o leitor, seja ele quem for, também seja convidado a se aproximar desta poeta magnífica.

1. Rich, Adrienne. “Teaching Language in Open Admissions”, in *On lies, secrets and silence: selected prose 1966-1978*. Nova York: W. W. Norton, 1995. E-book.

## O LIVRO



**Que tempos são estes?**  
 Editora Jaboticaba  
 Páginas 92  
 Preço R\$ 30

## RESENHA

# A intimidade é um diálogo entre solidões

Sobre os contos de Caio Fernando Abreu, agora editados em volume único

Ramon Ramos

*Somos seres que sangramos tinta na folha de papel em branco*  
Silviano Santiago

A despeito de certo aspecto biográfico, a viscerabilidade com que Caio Fernando Abreu elaborava suas narrativas curtas – periódicas ou organizadas em livros de contos – denota um consciente uso da fragilidade como procedimento de força e de intensidade literária. A presença constante de personagens expondo suas feridas e seus desajustes internos é contraposta à urgência de um mundo por vezes demasiado hostil – o que amplifica a sensação de não-pertencimento e, por consequência, a busca por estratégias compensatórias.

Organizados de forma completa pela Companhia das Letras, os contos de Caio F. agora revelam uma unidade que possibilita à obra não apenas uma inteireza física, mas temática e procedimental. A compilação feita sequencialmente na cronologia das publicações permite observar os mecanismos de evolução da escrita de Caio, bem como os modos de utilizar as questões de seu tempo e o impacto das influências absorvidas de acordo com a época – o que é importante para analisarmos sua literatura. A nova reunião apresenta, inclusive, três contos inéditos que reforçam a leveza angustiada presente em sua obra.

Essas narrativas de prazeres e tremores trazem personagens que não recusam o sorrir, mas se permitem também à solitária imersão melancólica. No posfácio destes *Contos completos*, Ítalo Moriconi (UERJ) diz que *o diálogo em Caio é quase sempre a busca ou a nostalgia de uma intimidade comum entre duas solidões. A intimidade como troca de solidões.*

É o que vemos em *Ovelhas negras* (1995): a pulsão da proximidade que convida ao íntimo – dos desejos, das fantasias, dos medos e das neuras. Angústias reveladas por meio de textos até então inéditos, de relatos de sonho, de fragmentos de diários e cartas que, publicados em meio à ficção, sugerem a diluição das fronteiras entre o inventado e o biográfico.

Se o título insinua se tratarem de textos preteridos ou renegados, é da incompletude ou do que *não presta* que a voltagem dessas narrativas é tensionada pelo autor. Antes de cada conto, encontramos comentários de Caio F. acerca do material a ser lido em espécie de autoanálise acerca de seus próprios mecanismos de escrita. Não à toa a epígrafe do livro cita Clarice Lispector dizer: *Além do mais, o que obviamente não presta sempre me interessou muito. Gosto do modo carinhoso do inacabado, daquilo que desajeitadamente tenta um pequeno voo e cai sem graça no chão.*

A escrita de Caio costuma trazer essas solidões desajeitadas em tentativas constantes e frustradas de dar certo, de se encaixar. Narradas pelo olhar de quem se joga ou de quem recusa a entrega, seus convites à sensibilidade sempre se dão em meio a estranhas carícias tortas.

São narrativas que expõem a reclusão da vida moderna e urbana em retratos solitários de seres que transitam à margem – hippies, drogados, prostitutas, andarilhos, homossexuais –, clausura intensificada pelo contexto político repressivo pós-golpe de 1964. Daí o gosto de mofo na boca. Daí os *strawberry fields* que tentam o doce, mas terminam escorrendo o vermelho nas latas de lixo. A tentativa do doce como sugestão real do amargo, como futura edificação da tristeza. São imagens do vulnerável que flertam com ideias de morte, mas cujas hastes – feito um girassol – sustentam o constante movimento de busca pela luminosidade.

Essa fusão de referências à cultura de massa em meio à dita alta literatura – passando por astrologia, macrobiótica e sustentabilidade – pode ser vista como herança de 1968. É o que explica o professor Nonato Gurgel (UFRJ) ao dizer que *trata-se de um imaginário que elege o desejo como algo produtivo e que contém elementos técnicos e maquínicos; suas formas construídas pelo cinema, pela TV e pela música popular, por exemplo, dialogam diretamente com a tradição literária.*

É como poeta do corpo que Caio Fernando faz vigorar as suas cartografias do sentir. Tinge no que é físico as marcas do mundo hostil, no corpo solitário as manchas e os hematomas das relações amorosas. Caio é poeta de um corpo só. Pelo corpo suas qualidades do sentir tomam forma, fazendo da ferida, do gozo, do sangue mecanismos de interpretação e de absorção das secreções do mundo.



Caio é corpo, mesmo quando doente, perdido ou caótico, mesmo sem perspectivas à frente da mancha na ponta do nariz. Girassol caidinho que ainda gira o tronco buscando a luz. Sua fragilidade é arredia, reforça o corpo mesmo quando só está em suas mãos o desfecho narrativo. Caos é forma se Deus pifar.

Caio naturaliza o erótico sem banalizar os amores. As palavras não se tocam tácitas; ao contrário, os toques nesta literatura roçam às claras, em pacto lícito entre pele e página. A intenção parece ser produzir uma mistura de intensidades por fora e por dentro, jogo entre sensações e sentimentos nesta violência açucarada dos afetos.

A leveza dos encontros casuais aparece, por exemplo, em *O dia que Júpiter encontrou Saturno*, de *Morangos mofados* (1982). O conto narra simetricamente o breve encontrar-se (durante uma festa) de um homem e uma mulher (*discretamente infelizes*) que se esbarram e conversam – em meio à confusão de pessoas no apartamento, a copos de plásticos, aos altos decibéis de *rock n'roll* – acerca dos astros, dos planos para o futuro, dos gostos em comum. Ali Caio narra o momento do *apaixonar-se* – feito de trocas profundas em tempo escasso (não há perspectiva de permanência). Ambos se questionam: *isso foi um encontro ou uma despedida?*

Lemos: – *Você tem um cigarro?* / – *Estou tentando parar de fumar.* / – *Eu também. Mas queria uma coisa nas mãos agora.* / – *Você tem uma coisa nas mãos agora.* / – *Eu?* / – *Eu.*

Se o excesso de intensidade nos primeiros contatos aponta para uma perspectiva inocente ou juvenil na maneira de encarar o amor, o icônico *Pela noite* (*Triângulo das águas*, de 1983) desenvolve de modo mais maduro a consciência do *self* ante o erótico dos protagonistas Pérsio e Santiago.

Um texto que fala de cu em meio a citações de Beethoven e Barthes, Gal e Gullar. Um texto que abertamente expõe o amor entre dois homens e seus impasses mais íntimos. Lemos: *E se tudo isso que você acha nojento for exatamente o que chamam de amor? Quando você chega no mais íntimo. No tão íntimo, mas tão íntimo que de repente a palavra nojo não tem mais sentido? (...) Será que amor não começa quando nojo, higiene ou*

DIVULGAÇÃO



qualquer outra dessas palavrinhas burguesas e cristãs não tiver mais nenhum sentido?

É preciso perder o pudor. É preciso aceitar a própria fragilidade e escrever nos limites da epiderme que nos dá forma, da má calcificação estrutural que nos sustenta. É preciso ser o sangue, demais o sangue!, mesmo vertente dos nossos lugares mais constrangedores.

Isso é escrever. Tira sangue com as unhas. E não importa a forma, não importa a “função social”, nem nada, não importa que, a princípio, seja apenas uma espécie de auto-exorcismo. Mas tem que sangrar a-bun-dan-te-men-te. Você não está com medo dessa entrega? Porque dói, dói, dói. É de uma solidão assustadora – diz Caio F.

Sentir é a palavra de ordem. É agora, nesta contramão (Ana C).

À véspera do lançamento de *Os dragões não conhecem o paraíso* (25 de março de 1988), Caio diz em crônica que os dragões são como escritores, músicos, pintores, filósofos, ou todas essas pessoas que – loucas – querem sentir num mundo em que é ridículo sentir. Os dragões, ao contrário dos que veem na glória e no poder o paraíso, querem voar. Na nota de autor que abre o livro, Caio avisa se tratar de histórias independentes, girando sempre em torno de um mesmo tema: amor. Amor e sexo, amor e morte, amor e abandono, amor e alegria, amor e memória, amor e medo, amor e loucura.

Se o amor era um exílio (Samuel Beckett), queimar era um prazer (Ray Bradbury).

Caio tinha sol em Virgem, mas entendia bem dos seres de fogo. Não à toa, nestes *Contos completos*, são quase cem ocorrências dos vocábulos “fogo” e “queima/queimar” – signos que indicam, por exemplo, o caráter explosivo destes seres mitológicos. Apesar da inevitável distância imposta pelos dragões, há neles essa impulsividade afoita que aproxima, gruda, funde e carrega gosto catártico dos momentos raros *daquele clima de eternidade fluida*, possíveis apenas pela intensidade vulcânica de beijos e abraços abrasivos.

Por isso são amados: porque nos momentos de entrega se dão por inteiro. E ter corpo e alma percorridos com tal vigor gera essa necessidade quase violenta de contínua repetição do prato. O acordo

## Contos completos dá inteireza à obra de Caio F. e mostra a evolução de sua escrita cheia de leveza e angústia

entre as voracidades geralmente pressupõe o estancar da fome: a violência de um se oferecendo à violência do outro numa sucessão de noites deliciosamente mal dormidas.

Porém, *dragões são apenas a anunciação de si próprios. As cortinas não chegam a se abrir para que entrem em cena. Eles se esboçam e se esfumam no ar, não se definem. Sempre permanece a sensação de que não foi suficiente, não permitem que o outro se sinta plenamente satisfeito com o gasto de sua voracidade afetiva.*

Em ensaio sobre afinidades eletivas, a professora Ana Chiara (UERJ) diz que os textos de Caio estão contaminados de bacilos, de vírus, de secreções, estão molhados das lágrimas e dos terrores dos doentes, solitários, fechados em seus quartos à noite, encarando, metafórica ou literalmente, o rosto (benfazejo?) horrendo da morte, em cuja cara podem – medusados – cuspir também e podem rir também, comandando a teatralização da dor.

É o que vemos no último conto publicado em vida por Caio, *Depois de agosto* (escrito em 1995 e presente em *Ovelhas negras*), cujo protagonista encara a possibilidade terminal de sua condição soropositiva. A expressão “tarde demais” que insistentemente se repete após a saída de hospital (*apoiado*

*náufrago nos ombros de dois amigos*) sugere a fatalidade do diagnóstico. Eis que, então, a possibilidade de uma relação amorosa se apresenta e desnorreia este homem em sua situação de maior fragilidade e, em seu pensamento, impossibilidade. *Por que me descobriste no abandono?* – questiona.

Entre o quase-amor e o medo-puro, a constatação do vírus, que no início do conto dissolve a luminosidade do personagem, é ressignificada em seu final pela descoberta da doença do outro. Isso reacende a possibilidade antes reprimida para que ambas vulnerabilidades possam se frequentar. Lemos: *O outro convidou: – Senta aqui do meu lado./ Ele sentou. O outro perguntou: – Nosso amigo te contou. / – O quê?/ – Que eu também./ Ele não entendia./ – Que eu também - o outro repetiu. (...)/ – Você também - disse, branco./ – Sim - o outro disse sim.*

A capa desta edição dos *Contos completos* apresenta Caio em tons de roxo. Isso nos remete aos dragões que, quando felizes, deixam no ar uma leve coloração púrpura. Púrpura: mesma cor das manchas espalhadas pelo corpo deste homem que retorna à casa da mãe (em *Linda, uma história terrível*).

Ao final de *Depois de agosto*, lemos que, perto ou longe, ambos sabem quando é lua cheia e sabem que, quando mingua e some é porque se renova e cresce para se tornar cheia outra vez, nesse misto de melancolia e alegria que marca e continuará marcando o olhar para Caio Fernando Abreu. Parodiando as últimas palavras do conto: porque é assim que é e sempre foi e será, se Deus quiser e os anjos, mais que disserem amém, cantarem:

*We only wanted to see you laughing in the purple rain.  
Purple rain! Purple rain!*

### O LIVRO



**Contos completos**  
Editora Companhia das Letras  
Páginas 760  
Preço R\$ 79,90

## ARTIGO

# “Aqui, neste lugar, nós somos carne”

Sobre o *Necropolítica*, de Achille Mbembe, a partir de ficções de autoria negra

Allan da Rosa

**Achille Mbembe** é um filósofo camaronês que lecionou em cátedras do hemisfério norte antes de situar-se em Johannesburgo, na África do Sul, onde atualmente dá aulas e bola um livro sobre o cosmopolitismo negro. Quem ponga desavisado num capítulo qualquer de suas obras pode contemplar análises profundas da água e sua invencibilidade, seus estilos de deslizos e sua tonelada represada, seus tratos essenciais aos outros elementos, para num tomo seguinte mergulhar nas fragilidades e numa coleção de derrotas da mesma água, por seus vapores fétidos e a desgraça das securas, antes de Mbembe abrir um tópico sobre a matéria do fogo e seus prêmios, até que mais à frente se centre nas fraquezas da chama e seus voleios, nas frestas entre os desenhos da fumaça, na queimadura na pele e o sussurro da brasa; até nos recordar das cinzas e, como num enlace para amplos panoramas esquadrinhados, nos convidar a pensar os pontilhados do álcool, que é caldo e é essência de labareda.

Ou seja, quem lê Mbembe se põe a conhecer a casa toda de uma ideia pra sentir o prumo de sua arquitetura, saber onde o teto prenuncia desabar e qual é a sala respingada com água de cheiro, porque ele é de expor o horizonte de uma varanda para logo depois pensar num mofo de cantinho, seu avesso, mirando até a fundura os conceitos e seus raios de ação.

Em tempos de maniqueísmo berrante e certezas raivosas, quando se insiste explicitamente no uso de óculos de uma lente só, Mbembe traça rastros pulsantes no nó das bifurcações. Seja em *África in-submissa*, livro em que dichava religião e sociedade no continente por seus símbolos, discursos e sangrias políticas, ou no já notório *Crítica da razão negra*, enfim publicado no Brasil pela n-1 edições, em que Mbembe destrincha o imaginário e a construção de um ser negro pelo ocidente escravista e as assimilações, respostas e revides que essa podreira obteve de vozes insurgentes irradiadas pelo pan-africanismo, pelo nacionalismo negro ou no movimento *Négritude*. Este livro, aliás, lhe rendeu aqui uma relativa fama que coloca seu nome em chamadas estratégicas de capa de revistas de ciência e de arte, mesmo que ao folhear lhe encontremos apenas em coluninhas de oito linhas parecidas com ligeiras seções de classificados, como testemunhei meses atrás numa publicação “cultural” de instituição banqueira, dessas que em nosso tempo tentam balancear a rejeição de suas marcas e variar seus investimentos entre latifúndios e circuitos financeiros, operando o capital simbólico enquanto sediam encontros e abrem exposições, palcos e editais a quem ali caiba num eventual carimbo de estética “insurgente, comunitária ou tradicional”. Mbembe inclusive é um dos que já teorizou sobre tal face do neoliberalismo, que engloba discursos e capas étnicas ao mesmo tempo que morde, escanteia ou estrangula quem esteja à margem das grandes instâncias decisórias e assim passa a ter direito aos atestados estéticos e às moedas que são migalhas do grande banquete trilionário das corporações, multiplicadas a cada ano, a cada golpe, a cada rapa da mão grande. Ao tocar e destrinchar o neoliberalismo e seus abates globais, o filósofo chega a pôr no tabuleiro se já-já chegaremos à época em que “todos serão negros”, diante de tantas condições degradantes atribuídas aos descartáveis do sistema. Pegada essa que merece detidas reflexões, para não perdermos de vista o que ainda são rodos cavaleares e genocídios baseados mesmo em algo muito maior do que uma definição restrita de classe ou em discriminações por cultura e etnia, e sim, tristemente, fincados em fenótipos e corpos fadados ao desprezo colonialista, ainda tão maciça lâmina quente desde o princípio do que podemos chamar de “modernidade” – ou de era das catástrofes para povos africanos e indígenas das Américas.

O que se chamou de pós-racial é um embuste, um desejo, uma luta ou um quadro com molduras sólidas amparando tintas em decomposição? É um belo desafio, nas atuais reconfigurações mundiais do capital com seus abalos estruturais, acompanhar as proposições de Mbembe que oscilam entre considerar raça ora como eixo central de suas problemáticas, ora como questão que flutua entre papel secundário ou superável.

Mortandade e racionalidade trançadas são o mote do seu ensaio *Necropolítica*, um livro mais sintético que vem sem a vastidão minuciosa e a enxurrada



de referências. Aqui no Brasil já voga como termo muito citado diante do genocídio cotidiano do povo preto, trazendo comparações sobre o que há de específico no jeito de recheamos nossas valas e cemitérios, baseado em ódios e estruturas de cinco séculos, e o que se entrosa às tecnologias globais contemporâneas. O que é nosso racismo sistêmico que se garante num projeto às vezes disfarçado e noutros momentos escancarado, e o que se diferencia do arreio balizado mundo afora. Isto se engancha na necessidade de criar perguntas, condições e veredas que barrem os processos atuais devastadores do planeta e do convívio das gentes, recriando ideias e presenças de luta por justiça, harmonia e felicidade.

\*\*\*

*Aqui neste lugar, nós somos carne; carne que chora, ri; carne que dança descalça na relva. Amem isso. Amem forte. Lá fora não amam sua carne. Não amam seus olhos; são capazes de arrancar fora os seus olhos. Como também não amam a pele de suas costas. Lá eles descem o chicote nela. E, ah, meu povo, eles não amam as suas mãos. Essas que eles só usam, amarram, prendem, cortam fora e deixam vazias. Amem suas mãos! Amem. Levantem e beijem suas mãos. Toquem outros com elas, toquem uma na outra, esfreguem no rosto, porque eles não amam isso também. Vocês têm de amar, vocês! E não, eles não amam sua boca. Lá, lá fora, eles vão cuidar de quebrar sua boca e quebrar de novo. O que sai de sua boca eles não vão ouvir. O que vocês gritam com ela eles não ouvem. O que vocês põem na boca para nutrir seu corpo eles vão arrancar de vocês e dar no lugar os restos deles. Não, eles não amam sua boca. Vocês têm de amar. É da carne que estou falando aqui. Carne que precisa ser amada.*

Essa é uma fala de Baby Suggs, personagem de *Amada*, romance de Toni Morrison, um entremetido de histórias fascinantes, doces e asquerosas numa trama fantasmagórica que aflige uma mulher que matou sua filhinha para não vê-la tomada por escravistas. Mbembe marca em *Necropolítica* a engenhosidade do sistema da *plantation*,<sup>1</sup> ainda alastrado nas Américas após as abolições oficiais da escravatura. O filósofo retoma uma das clássicas noções sociológicas que aponta a política como algo que se faz para não se entrar em guerra, pautando compromissos, direitos e fronteiras nacionais. Mas a partir daí pensa como a propalada noção de democracia, colorida por pincéis colonialistas, pro-

ARTE SOBRE IMAGEM DE DIVULGAÇÃO



Para Mbembe, as formas atuais que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram relações entre resistência, sacrifício e terror

jetou práticas de soberania que instrumentalizam e destroem os corpos considerados inimigos ou entraves, apontando-os como seres considerados “incivilizados” ou “nocivos às seu domínio”. Mas Mbembe ainda mergulha em Bataille, que considera o suicídio como comédia humana, para descortinar como *kamikazes* e mártires se diferenciam do que costumamos chamar de heróis, pelos atos de definir a própria hora da morte, empenhados em razões e metas dos grupos que integram. Por aí, as ideias de Mbembe são atravessadas por novas questões, como o movimento da personagem Sethe, protagonista de *Amada*, e de outras mulheres que inflamam e subvertem sentidos de maternidade e de amor ao matarem suas nenês (por vezes gerados em recorrentes estupros) confundindo pelo menos no plano miúdo a autonomia diante da morte em plena escravidão que lhes retira seus direitos políticos, arrebatando seus corpos e pesa seus coágulos ao lhe impedir de se autodeterminar e de ter lugar, no coração do horror que formou as nações modernas. Me recordo do capoeira Mestre Armandinho no Ceará conversando sobre as regras maleáveis de uma roda, questionando origens: “Ética? Que ética você pode pensar ou querer ditar pra uma pessoa escravizada?”

Mbembe repassa ainda as categorizações do racismo baseado no conceito de biopoder que busca em Foucault. Traça as relações entre razão e terror na Revolução Francesa e considera as práticas de primazia da força encontradas num certo comunismo que perseguiu a superação das noções de sujeito e objeto também pela militarização. Demonstra o cerne da racionalização na categorização racial que instituiu o sistema da *apartheid* e suas lógicas casadas de espaço, de trabalho e suas relações com os estados de exceção e de sítio.

A *historiadora obstinada* é um dos contos de *No seu pescoço*, de Chimamanda Ngozi Adichie. Na história, a autora apresenta tabus, pelejas familiares, relações espinhosas entre crenças e uma mulher propagada como maldita por parentes interesseiros que ambicionam suas terras enquanto chegam missionários ingleses na Nigéria. Surge o que Mbembe qualificou como uma chave colonial: terras onde a *jus pública* europeia pode ser deixada de lado, onde a lei pode ser desprezada e a terra ser arrasada em função de projetos maiores de fixação e consolidação de

## No romance *Alá e as crianças – soldado*, de Ahmadou Kourouma, há milícias que remetem o leitor à necropolítica

domínio. Estes modos de desconsiderar lugares em que a lei pode ou não valer espelha o que acontece hoje em quebradas, aldeias e muitas beiradas brasis? Abaixo, um trecho do conto:

*Ayaju voltou de uma viagem em que fora trocar mercadorias com mais uma história: as mulheres em Onicha estavam reclamando dos homens brancos. Elas tinham ficado felizes quando eles construíram um posto de troca, mas agora os brancos estavam querendo ensiná-las como fazer negócio e, quando os anciãos de Agueke, um clã de Onicha, se recusaram a colocar os polegares num pedaço de papel, os homens brancos vieram à noite com os homens normais que os ajudaram e arrasaram a aldeia. Não tinha sobrado nada. Nwamgba não entendeu. Que tipo de arma esses brancos tinham? Ayaju riu e disse que as armas deles eram bem diferentes daquela coisa enferrujada que seu marido tinha. [...] E então, a chegada de missionários que pareciam indefesos e eram da cor de albinos, frágeis e delgados que falavam igbo, fizeram a mãe pensar em depois de muita relutância entregar seu filho a educação cristã. [...] Nwamgba foi a primeira a fazer uma pergunta: eles por acaso haviam trazido suas armas, aquelas que tinham usado para destruir o povo de Agueke, e ela podia ver uma? O homem disse que infelizmente eram os soldados do governo britânico e os mercadores da Royal Niger Company que destruíam aldeias; já eles traziam boas novas. [...] Semanas depois, Ayaju voltou com outra história: os homens brancos tinham construído um tribunal em Onicha, onde julgavam disputas locais. Tinham vindo, de fato, para ficar.*

Como atual estágio da necropolítica, Mbembe assinala guerras e ocupações contemporâneas, por suas táticas de gestão territorial e sua tecnologia bélica avançada testada regularmente arrasando Kosovo, Palestina e outras paragens. Centra-se na África e as tretas suadas por exércitos mercenários que já não se restringem a fronteiras nacionais, concebendo como soberania “a capacidade de ditar quem pode viver e quem decide morrer”, refletindo também como a memória da morte se faz, seja a pessoal, a do bairro, a da cidade ou da nação. As milícias retratadas por Mbembe foram bem descritas em *Alá e as crianças – soldado*, romance satírico de Ahmadou Kourouma. Eis a voz de uma criança viciada em explicar tudo que vê enquanto roda e integra gangues mancomunadas a multinacionais, sacerdotes e legisladores platinados:

*A Cia Americana de Borracha era a maior plantação da África. Ela cobria um enorme terreno de quase cem quilômetros quadrados. Na verdade, todo o nordeste do país pertencia à companhia. Ele pagava um monte de royalties divididos entre duas antigas facções – o bando de Taylor e o bando de Samuel Doe. [...] Djogo-djogo Johnson tinha obtido um acordo secreto. [...] a Libéria inteira, de Monróvia até o último recanto do país, sabia que Johnson tinha assinado um acordo secreto com o presidente da plantação. As outras facções não deixaram por menos. Os chefes logo se apresentaram na plantação e pediram para ser recebidos pelo presidente. Eles apresentaram ultimatos. O presidente para se safar, decidiu repartir a vigilância das cercanias da plantação em 3 ou 4 partes, cada uma delas sendo atribuída a uma facção [...] Na impossibilidade de um acordo para todas as propostas razoáveis vindas de sua parte, o presidente declarou às facções que tratassem de se entender sozinhas. O que equivale a jogar um osso só para 3 canzarrões turbulentos de impaciência.*

Como as milícias brasileiras, entranhadas cada vez mais em governos, dominando negócios e funerais entre ladeiras e becos ou regendo o ritmo dos necrotérios nas disputas entre fazendas e estradas, se relacionam com a ficção de Kourouma? E como podemos perceber em nosso chão os pilares da necropolítica anunciada por Mbembe?

1. Nota da edição: trata-se de monocultura de exportação baseada em latifúndios e mão de obra escravizada, amplamente usada na colonização da América, Ásia e África (os ciclos da cana-de-açúcar e café são exemplos). Ainda é usado em vários países – com a diferença de que, em tese, atualmente se prescinde da mão de obra escravizada.

## ENTREVISTA

## Juliana Borges

# Discutir as prisões é fundamental para pensar os racismos

Em livro, pesquisadora explica o encarceramento no Brasil de forma introdutória para estimular debates sobre o sistema criminal e a manutenção das desigualdades raciais

## Entrevista a **Leonardo Nascimento**

**Juliana Borges** é pesquisadora em antropologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde cursa Sociologia e Política. É uma das vozes mais destacadas no atual debate feminista de perspectiva interseccional – ou seja, que pensa a sobreposição de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. Juliana é colunista do *Justificando*, do site da Fundação Perseu Abramo, da *Revista Fórum* e do *Blog da Boitempo*, foi articuladora política da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD) e assessora da Secretaria de Governo Municipal de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de São Paulo. Em seu livro, *O que é encarceramento em massa?* (da série *Feminismos Plurais*, da Editora Letramento), a autora se propõe a introduzir e estimular homens e mulheres a pensarem sobre uma pauta que considera crucial para a luta antirracista: as relações entre o sistema de justiça criminal e a manutenção das desigualdades baseadas na hierarquização racial. Passando por ideias de Sueli Carneiro, Thula Pires, Angela Davis, Michelle Alexander, Achille Mbembe, Vilma Reis, Ana Flauzina e uma série de outros intelectuais, a autora analisa como este momento de grave crise sistêmica – um momento de acirramento nas relações sociais e de cada vez maior concentração de renda, controle e extermínio – tem operado para que se reordenem as hierarquias de opressão em diferentes fórmulas.

**Você defende que o sistema de justiça criminal não só é perpassado pelo racismo como ele próprio é operador da hierarquização racial. É possível afirmarmos que a luta antirracista passa necessariamente pela superação do cárcere como meio de resolução dos conflitos sociais?**  
Sem dúvidas. Há uma enorme contradição quando falamos em liberdade e seguimos defendendo o cárcere como estratégia principal para sanção de conflitos. É preciso cada vez mais nos questionarmos sobre a necessidade da punição. Por que punir? Por

FOTO: DIVULGAÇÃO



que submeter o outro a uma penitência? Esta punição, em países com passados coloniais e escravocratas, necessariamente será aplicada a determinados grupos, dada as hierarquias raciais fundamentais para a manutenção de um sistema de desigualdades. Neste sentido, temos um sistema de justiça criminal que surge como espaço central para a manutenção de privilégios e interesses de um grupo em relação aos outros, com a defesa da propriedade sendo o grande foco mobilizador deste sistema. A meu ver, não há sentido em falarmos de liberdade em sociedades que dependem de mecanismos punitivos e que criminalizam vulnerabilidades produzidas por esta mesma sociedade. Portanto, se o foco deste sistema de justiça criminal é a manutenção da pirâmide racial no país, coletivos antirracistas precisam, mais do que nunca, estudar e questionar estas engrenagens desse sistema de desigualdades.

**No livro, você apresenta algumas saídas que considera “radicais”, como a afirmação**

**de Angela Davis de que “só seremos livres em um mundo sem prisões”. O aumento no número de publicações de autoras negras tem impactado a literatura criminológica e o debate sobre o punitivismo no país?**

O campo da criminologia crítica tem realizado produções e questionamentos das estratégias focadas na punição e no encarceramento no país há cerca de 20 anos – isso se quisermos focar em uma considerável análise numérica de produções. Mas há, obviamente, formulações anteriores no país sobre isso. A intelectualidade e os movimentos negros historicamente questionaram a violência como motor de operação das opressões contra a população negra do país. O questionamento da criminalização e dos sistemas punitivos está presente no percurso histórico da produção negra. Seja pela denúncia do genocídio realizada por Abdias do Nascimento (1914–2011), com enfoque epistemológico, seja na atualização desta denúncia realizada mais recentemente pelo movimento e por intelectuais negros e negras, apontando o

“ Ser abolicionista penal é pensar que não podemos aceitar políticas de morte em que certos corpos são tidos como descartáveis

genocídio da população negra através da letalidade à qual este grupo sociorracial é submetido. O interessante é perceber a forte presença de mulheres negras nestas produções mais recentes e também no ativismo, seja pela mobilização, infelizmente, a partir de vivências dessa violência, seja pela necessidade intelectual de reflexão, posto que, como aponta Vilma Reis, mulheres negras são historicamente discriminadas: pela hipersexualização violenta contra seus corpos, pela exploração doméstica, ou por serem as mães que geram estes homens que serão brutalizados, aprisionados e assassinados. É como se, numa sociedade com forte marca cristã e de necessidade de penitência, estas mulheres levassem a culpa por trazerem ao mundo as figuras que a sociedade necessariamente enxerga como figuras criminosas. O aumento de produções que têm questionado e refletido que não é possível construir crítica ao campo criminológico sem discutir racismo – opressão que estrutura a sociedade brasileira – tem proporcionado um ganho imenso tanto nas formulações discursivas como nas práticas e na produção de políticas públicas. Assim, temos visto que o tema da segurança pública tem tomado uma centralidade como nunca tomou nas discussões do campo progressista, que em geral é falho com essa pauta.

**Ao analisar historicamente o poder punitivo, você chama atenção para as engrenagens racistas, machistas e classistas que movem esse sistema.**

**Qual a importância de uma perspectiva que intersecciona cada uma dessas categorias para analisar o capitalismo de barbárie que você aponta?** Interseccionalidade é um conceito político e também metodológico, uma ferramenta que permite reflexão e produção de saídas complexas para questões complexas. Não há como continuarmos em um sonho realizado por etapas, já que o sistema está todo imbricado e articulado, e as opressões atuam de modo consubstanciado. Este momento de aprofundamento do capitalismo, da implantação e ação profunda da *necropolítica* (conceito criado por Achille Mbembe para analisar formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte), de políticas de descarte racionalizado de uma gama cada vez maior de corpos demanda olhares e métodos de pensar, visualizar e agir sobre o mundo que acompanhem este complexo sistema. Até agora, a perspectiva que intersecciona essas categorias tem sido a ferramenta que vejo como mais potente para enfrentarmos as questões da contemporaneidade.

**Você é graduada em Letras (USP). Na epígrafe do livro há uma citação de Conceição Evaristo. Concorda que a literatura e outras manifestações artísticas de autoria negra são parte essencial no debate sobre ideologia racista e sistema de justiça criminal no Brasil? Lembro de um texto seu sobre a atuação dos Racionais MC's nesse debate.**

Pela minha primeira formação, fica sempre muito difícil deixar de lado o olhar literário sobre o mundo. A poeta portuguesa Matilde Campilho afirma que a poesia pode não salvar o mundo, mas, sem dúvidas, salva o minuto. A literatura, por ser um direito e ter em si a efabulação, característica humana, como nos ensinou o professor Antonio Candido, tem em si a força de fazer conhecer outros mundos, criar, recriar e, portanto, instigar o leitor. Escrever é um processo doloroso, como diz Conceição Evaristo, uma vez que buscar este impacto no outro é algo árduo e sempre impacta primeiro quem escreve. Por isso, concordo nesse ponto sobre a literatura e outras linguagens artísticas como instrumentos de debate e reflexão sobre o racismo no Brasil. Veja: já em 1859 tínhamos publicado, por uma mulher negra, o primeiro romance abolicionista do país: *Úrsula*, de Maria Firmina Reis. Temos as obras de Machado de Assis (com contos que poderiam render uma análise crítica sobre punições), Lima Barreto, Solano Trindade e uma infinidade de autores e autoras negros que irão ver na arte literária este espaço amplo, pela possibilidade do imagético, de efabular e produzir tensões e reflexões. Racionais MC's são herdeiros de um percurso histórico, no qual negros e negras veem nas artes um terreno de imensas possibilidades para uma produção que é também sócio-político-filosófica sobre nosso país e o mundo. O engraçado é que eu precisei ir para uma outra área, a Antropologia, as Ciências Sociais, para começar

“ Há contos de Machado de Assis que rendem boa análise crítica sobre punições. Literatura é instrumento para debater racismo

a enxergar a literatura como este campo de exploração. Claro que sempre vi crítica social nas produções literárias, mas, antes, interessava-me mais em outros aspectos no texto.

**Muitas pessoas desdenham do abolicionismo penal como apenas mais uma moda acadêmica. Você já teve retorno do impacto do seu livro fora dos círculos especializados?** É muito comum dizerem que o abolicionismo penal é uma utopia e que deveríamos focar no que é possível. Tenho dito para colegas socialistas que, então, deveriam abandonar a ideia de socialismo, porque também é utópico, já que não vivemos numa conjuntura política que possibilitaria sua implantação. O abolicionismo penal é uma perspectiva a ser perseguida. Significa dizer que devemos tê-lo como perspectiva utópica. É a partir desta perspectiva que construiremos políticas cotidianamente. Então, para que focar na formulação de leis e políticas públicas que reforçarão o punitivismo e ampliarão o cárcere, que alimentarão tortura e violência? Ser abolicionista penal significa buscar alternativas que desconstruam a ideia de punição como necessária, que defendam e, quando possível, implementem medidas pelo desencarceramento, que busquem a restauração e a mediação de conflitos, em vez de incentivar práticas violentas. É pensar que não podemos mais criminalizar vulnerabilidades, que não podemos aceitar a execução de políticas de morte, em que determinados

corpos são considerados descartáveis. Isso significa repensarmos nosso sistema educacional, que segue como aparato ideológico de controle. Significa pensarmos políticas que não reproduzam o absurdo de acharmos razoável a prisão de pessoas por uma operação puramente comercial, quando a criminalização do tráfico nada mais é que a manutenção de interesses e lucros de grandes corporações. Quem lucra com a ilegalidade? Certamente, não são as comunidades que hoje estão militarizadas e enfrentando a violência como única política do Estado em seus territórios. Queremos um Estado e relações sociais pautados pela solução de conflitos, pela restauração, pelo diálogo e por reparações ou um sistema que produz uma violência que será reproduzida pelos indivíduos? Considero fracos os argumentos que usam homicídios e atentados contra a vida como contraposição ao abolicionismo penal, porque não levam em conta que o grande causador do superencarceramento no país não são esses crimes. A máquina estatal se mobiliza para reprimir ações contra o patrimônio ou de cunho econômico, mas não há mobilização da máquina para os atentados contra a vida. E por quê? Porque isso envolve tempo, inteligência, outros mecanismos bem mais complexos. O abolicionismo penal não é uma perspectiva ingênua. Ingenuidade é pensarmos que aplicando o mesmo remédio punitivo que vem ampliando violência e extermínio conseguiremos dar conta dos conflitos e tensões sociais.



## Everardo NORÕES

esnoro@uol.com.br

# Os sons do interior do O'Donoghue's

De como a música nos leva às encruzilhadas da memória e do afeto

ARTE SOBRE IMAGENS DE REPRODUÇÃO



O pub está cheio.

Entre os músicos, um rapaz toca banjo.

Desde os tempos da *jazz band* da minha cidade de interior, a *Hildegardo e seu conjunto*, nunca mais ouvi alguém tirar aquele som meio ranzinza, evocando cheiro de curral misturado a barulho de chocalho. Mas é ele, este som, que faz a diferença, junto ao do violino e o da gaita de fole. Não a gaita convencional, ar puxado à força dos pulmões. Aqui é o braço que movimentava o fole, atado a ele por um cinto pequeno, de couro. O mesmo gênero de fole da forja do ferreiro que temperou o aço dessa gente irlandesa, forçada a brigar contra a prepotência colonial e o agreste do lugar. A que engrossou as filas das migrações e rendeu tanto presidente de república quanto mafiosos retratados em filmes como *Era uma vez na América*.

No intervalo da música, flutuando feito personagem de quadro de Chagall, o homem ruivo, baixinho e gordo, acerca-se sorrindo. Aponta a própria cabeça e exclama: *Stocked in the head!* É que a moça ao lado cantarola o que havia escutado minutos antes. E ele, tomado pelo espírito do malte rendido aos pés

do velho carvalho, deve achar simpático o jeito de uma estrangeira solfejar aquele som. Mesmo se, a essa altura dos acontecimentos, para ele qualquer música deva parecer a mesma da véspera.

Quando ele diz “estocar na cabeça” dou-me conta do quanto seu idioma é versátil e, ao mesmo tempo simples e complicado. Tanto faz “estocar” música ou pensamento como garrafas de uísque num armário. A exemplo daquelas do *Jameson* na prateleira envidraçada, iguais às que durante anos a fio animaram a rapaziada ouvindo o *The Dubliners*. Porque aqui é o *O'Donoghue's*, da Merrion Row, Dublin. Então, calculo que o homenzinho, pela idade que tem, certamente “estocou” no juízo *Whiskey in the jar*, a música amalucada do grupo que conta a história do sujeito que assalta o capitão e leva a grana para a mulher. Ela finda por trai-lo e ele, desiludido, acaba se vingando no pote de uísque.

Fim do intervalo.

A moça gordinha volta a cantar, ao mesmo tempo que acaricia o violino. Tem voz de soprano e estilo camponês desse lugar frio e de manhãs

Wellington  
de Melo

MERCADO  
EDITORIAL

### DIVERSIDADE

#### O mercado editorial e as diferenças identitárias

Editar é controlar o discurso. Se a distribuição de editoras ao longo do país diz muito sobre a concentração desse discurso, é, por outro lado, sintomático que não se tenha notícia de uma editora totalmente indígena no Brasil. Em 2016, houve uma tentativa de criar uma editora alternativa entre os índios Xucurus de Pesqueira, Pernambuco. O escritor Bibi Xukuru (foto) publicou o livro

*Xukuru do Ororubá: A luta não vai parar*, lançado no Festival de Inverno de Garanhuns. Mas o projeto, aparentemente, foi interrompido após a expulsão da colaboradora branca que ensinava técnicas de encadernação artesanal. É compreensível: anos de opressão e violência marcaram a comunidade de uma forma que, mesmo as trocas que talvez gerassem frutos benéficos são rechaçadas.

REPRODUÇÃO





brumosas. De noite, costuma se apresentar no *pub*. De dia, é guia na caserna que foi transformada em museu para lembrar o massacre dos irlandeses em 1916, ocorrido após a famosa Insurreição da Páscoa. No edifício foram confinados os revoltosos, homens e mulheres, alguns dos quais findaram no pelotão de fuzilamento. As paredes fazem a reportagem, recheadas de fotos e informações sobre o episódio. Os antigos aposentos militares reconstituídos expõem como era a rotina do quartel. E as amostras de fichas policiais, anotadas e datilografadas, com as devidas rubricas oficiais, comprovam o quanto a organização da morte, em tempos de opressão, é sempre mais bem feita do que a ordenação da vida. A exemplo dos arquivos do DOPS de São Paulo.

Agora, a moça está em plena função no bar. E Hans, o amigo suíço, festeja o regresso ao lugar onde, anos antes, veio escutar sua banda favorita: *The Dubliners*. Sentados em bancos de madeira, ninguém se importa com o desconforto. Nem mesmo quando a mulher de fala fanhosa bate com a bolsa em nossas costas cada vez que se vira para o balcão ao lado pedindo outra dose. Porque aqui jovens e

velhos querem mesmo é compartilhar o que restou daqueles ventos pouco ortodoxos que inflaram as velas dos anos 1970.

As músicas às vezes dão a sensação de ladainhas de um catolicismo associado à rebeldia. Sentimento de quando se é levado a algum descampado onde o silêncio pede um aboio ou o gemido de sanfona quando São João está perto. Só que, em vez do calor sertanejo, aqui o vento trisca gelado e a língua tem algo da rispidez desse banjo cujo dono foi embora mais cedo, pois amanhã é segunda.

Nos festivais é tradição as pessoas se juntarem numa roda. Quem sabe tocar, traz o instrumento e arrisca uns acordes. Pode ser o que for: concertina – uma harmônica pequena de formato hexagonal –, violino, tambor ou gaita. Tudo acontece como chamado para uma confraternização sem motivo certo.

De repente, avisto um instrumento esquisito, família das cordas, formato diferente dos que frequentam as bandas do lugar. Faz figura de intruso.

– E essa espécie de guitarra com jeito de alaúde árabe? pergunto a Hans.

– Uma adaptação do *bouzouki*, utilizado na música grega, explica.

Porque, mesmo por ser festa típica, ninguém se incomoda com novidades estrangeiras. Quiçá porque nada assusta essa gente de terras cercadas de mar, onde o forasteiro é visto como alguém capaz de trazer o inusitado ou alguma dose de alegria. Afinal, são as trocas dos povos das ilhas, as que pariram mitos e criaram seus homeros, e onde a música é passaporte rompedor de fronteiras. É quando penso que em qualquer lugar do mundo sempre há alguma coisa parecida com a aldeia de onde saímos. Lembro de alguém ter chamado a atenção sobre a sobrevivência celta em alguns traços da cultura sertaneja. Trazidos, sabe-se lá, por portugueses ou africanos ou mouros ou celtas ou...

Enquanto “estoco” essas coisas na cabeça, os músicos apressam o ritmo que mexe com nosso desconcerto, a levantar o astral. Timbres com a mesma espécie de vibração de outros mundos. Como as orquestras africanas de timbila, sem partitura, regidas por um apito. Dezenas de músicos a percutirem marimbas de tamanhos variados, feitas de madeira e cascas de frutos, amarrados com cordas de cipós, como se qualquer peça de metal pudesse ferir aqueles presentes da Natureza.

Saio do *pub* a dizer a mim mesmo o quanto parece despropositado alguém pretender uma cultura “pura”, presa “às origens”, desprezando os afagos das diferenças. Capaz de amaldiçoar o *blues*, porque nos chegou dos Estados Unidos. Esse mesmo *blues* que, um dia, também foi, por sua vez, contagiado pelo somido dessas terras de Joyce.

É tão parecido com o *blues* que eu escutava na *jazz band* de minha cidade de interior, tão longe do mar, tão perto dessa viagem ao interior do *O'Donoghue's*, da Merrion Row.

## PONTO DE VISTA

### Sobre a invisibilidade

O argumento anterior revela certa arrogância branca: o fato de não termos notícia de Bibi Xukuru não significa que ele não siga produzindo nem publicando. Talvez Bibi enfrente o mesmo problema de outros escritores e escritoras que se autopublicam: a invisibilidade. Mas a medida da invisibilidade talvez só faça sentido pela régua do mercado literário tradicional, esse senhor senil.

## CAMINHOS

### "O mercado precisa deixar de ser só mercado"

A miragem estimulada no campo literário – e movida em grande parte pela vaidade – é que a legitimação da obra e do escritor se mede pela presença nas gôndolas das grandes livrarias, pela quantidade de resenhas, pelas premiações, pela participação em feiras, festas e afins. Sem ingenuidade: isso ajuda a pagar as contas e é bom que exista. Mas se a literatura aprofunda a experiência

humana sobre a Terra, o futuro da vida literária reside na busca pelos microespaços, a volta do encontro. Para existir, o mercado precisa deixar de ser só mercado, ou pelo menos fingir que não é. Fiquei curioso por saber sobre Bibi Xukuru. Procurei a página dele no *Facebook*. Foi feita depois do lançamento de seu livro e atualizada recentemente. E lá estava: Bibi Xukuru, escritor.

A Cepe – Companhia Editora de Pernambuco informa:

## CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO E APRECIÇÃO DE ORIGINALS PELO CONSELHO EDITORIAL

- I** Os originais de livros submetidos à Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, exceto aqueles que a Diretoria considera projetos da própria Editora, são analisados pelo Conselho Editorial, que delibera a partir dos seguintes critérios:
  - 1.** Contribuição relevante à cultura.
  - 2.** Sintonia com a linha editorial da Cepe, que privilegia:
    - a)** A edição de obras inéditas, escritas ou traduzidas em português, com relevância cultural nos vários campos do conhecimento, suscetíveis de serem apreciadas pelo leitor e que preencham os seguintes requisitos: originalidade, adequação da linguagem, coerência e criatividade;
    - b)** A reedição de obras de qualquer gênero da criação artística ou área do conhecimento científico, consideradas fundamentais para o patrimônio cultural;
  - 3.** O Conselho não acolhe teses ou dissertações sem as modificações necessárias à edição e que contemplem a ampliação do universo de leitores, visando à democratização do conhecimento.
- II** Atendidos tais critérios, o Conselho emitirá parecer sobre o projeto analisado, que será comunicado ao proponente, cabendo à diretoria da Cepe decidir sobre a publicação.
- III** Os textos devem ser entregues em duas vias, em papel A4, conforme a nova ortografia, em fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaço de uma linha e meia, sem rasuras e contendo, quando for o caso, índices e bibliografias apresentados conforme as normas técnicas em vigor.
- IV** Serão rejeitados originais que atentem contra a Declaração dos Direitos Humanos e fomentem a violência e as diversas formas de preconceito.
- V** Os originais devem ser encaminhados à Presidência da Cepe, para o endereço indicado a seguir, sob registro de correio ou protocolo, acompanhados de correspondência do autor, na qual informará seu currículo resumido e endereço para contato.
- VI** Os originais apresentados para análise não serão devolvidos.

Companhia Editora de Pernambuco

Presidência (originais para análise)  
Rua Coelho Leite, 530 Santo Amaro  
CEP 50100-140  
Recife – Pernambuco

**Cepe**  
COMPANHIA EDITORA DE  
PERNAMBUCO

SECRETARIA  
DA CASA CIVIL



GOVERNO DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO

CAPA

# Brasil, é assim que os indígenas usam a voz

De como a retórica indígena atuou na criação da Constituição, há 30 anos

Pedro Mandagará

## A CONSTITUINTE E OS POVOS INDÍGENAS

Em outubro, a Constituição Federal do Brasil faz trinta anos. É um dos textos que mais duram em nossa história. As Constituições mais perenes foram as primeiras: a do Império, de 1824, que foi substituída pela primeira da República, em 1891. Esta durou até 1934, fechando 43 anos. As três décadas da brasileira são pouco perto da que rege os Estados Unidos, em vigor desde 1789, ou da longa história do constitucionalismo inglês, que remonta à Magna Carta (1215), mas ainda assim representam um período precioso em nossa história.

A duração da Constituição de 1988, no entanto, não necessariamente representa sua estabilidade. Há um constante ataque, intensificado nos últimos anos, contra as diversas garantias de direitos nela estabelecidas. Sobre a gratuidade do ensino, por exemplo, costuma cair parte da culpa pelas crises fiscais do Governo Federal, ao menos na leitura de economistas ortodoxos. Outros princípios, como a função social da propriedade, sofrem ataques de setores sociais ligados ao agronegócio e de filósofos neoconservadores, como Denis Rosenfield. Como forma de ataque indireto, a diminuição brutal de financiamento torna praticamente letra morta os direitos à cultura e ao desporto.

Parte dessa instabilidade parece vir do processo político de construção do texto constitucional, negociado sob forte pressão social. Foi somente o acúmulo de anos de pressão política dos povos indígenas e seus colaboradores que permitiram que os artigos 231 e 232 da Constituição fossem dos mais avançados, até hoje, no que diz respeito aos direitos dessa população. Naquele momento, os povos indígenas vinham de duas décadas de ataques incessantes, que pareciam acelerar o processo genocida que acompanhou toda a formação do Brasil. Os projetos de desenvolvimento dos governos militares para a Amazônia atingiram diversos povos de recente contato ou ainda isolados, completamente despreparados para a introdução de novas doenças, para o mundo do dinheiro e da mercadoria, ou para o confronto com armas de fogo.<sup>1</sup> O caso dos yanomami, visados por conta dos minérios presentes em suas terras, foi bastante emblemático. A irresponsabilidade governamental entre o final dos anos 1970 e o início dos 1990 gerou uma corrida do ouro no que é hoje a Terra Indígena Yanomami, com a presença de dezenas de milhares de garimpeiros que levaram doenças e armas à região, causando a morte de cerca de 20% da população yanomami (segundo dados da ONG Survival International).

No processo de luta e resistência a partir dos anos 1970 forjou-se o atual movimento indígena brasileiro. Um dos seus maiores líderes é Ailton Krenak. Nascido em 1953, Ailton vem de uma história de violência secular contra os “botocudos”, como eram chamados os povos indígenas da região do Rio Doce e proximidades, em Minas Gerais, Espírito Santo e sul da Bahia. Os botocudos do leste acabaram por se denominar Krenak, nome de um de seus líderes no início do século XX, a partir da autodenominação *krén*, gente (Paraíso, 2018). O povo sofreu um processo contínuo de ataques e deslocamentos ao longo do século XX, incluindo deslocamentos forçados e a internação de membros da etnia no Reformatório Krenak e na Fazenda Guarani, instituições prisionais para indígenas na ditadura militar que funcionavam como campos de concentração e trabalhos forçados. Somente em 1997 os Krenak tiveram uma parte mínima de suas

terras originárias demarcadas. E menos de 20 anos depois, em novembro de 2015, seu território foi afetado pela maior catástrofe ambiental da história brasileira: a destruição do rio Doce pela lama vinda de uma barragem da mineradora Samarco.

No meio da catástrofe continua que afetava seu povo, Ailton Krenak agiu como um dos principais nomes das organizações de direitos indígenas surgidas nos anos 1980, como a União das Nações Indígenas. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, duas emendas populares referentes aos direitos indígenas foram protocoladas. A emenda 39, defendida pela Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e outras instituições, definia o Brasil como uma “República Federativa e plurinacional” (*Emendas populares*, p. 36), o que, mesmo sendo a verdade dos fatos, revelou-se inaceitável para muitos constituintes nacionalistas. O resultado mais imediato foi uma campanha difamatória contra o Cimi levada a cabo pela imprensa, notadamente pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (Brand, 2008; Ricardo *et alii*, 1991, p. 48-50). Embora rapidamente se tenha demonstrado que os documentos contra o Cimi eram forjados, houve o risco de retrocesso a uma visão integracionista dos povos indígenas. Foi nesse contexto que Ailton Krenak discursou na Constituinte a favor de outra proposta, a emenda 40, defendida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), pela Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage) e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A emenda 40 definia a sociedade brasileira como pluriétnica (*Emendas*, p. 37), o que não chegou ao texto constitucional, e defendia o direito à organização social e à ocupação tradicional de terras, o que efetivamente entrou na Constituição. Naquele momento a emenda 40 e os direitos propostos para os povos indígenas estavam sob ataque midiático e político, e o discurso de Ailton Krenak interveio nessa discussão de forma contundente (Ricardo *et alii*, 1991, p. 23).

## AILTON KRENAK E A RETÓRICA

Os antigos gregos e latinos definiam quatro partes da retórica, isto é, da arte de argumentar e convencer.<sup>2</sup> A primeira parte era a invenção, a atividade de descobrir argumentos para a defesa ou acusação num processo judicial (gênero judiciário), para a defesa de determinada decisão política (gênero deliberativo) ou para o elogio ou censura de alguém ou de algo (gênero epidítico). Com esses fins em mente – defender ou acusar, aconselhar, elogiar ou censurar – o orador podia escolher argumentos dentro de uma técnica bastante elaborada. Seria necessário utilizar argumentos dentro de três tipos, definidos já por Aristóteles em sua retórica: *ethos*, ou o caráter que o orador assume, *pathos*, ou os sentimentos que se quer ter como resposta da plateia, e *logos*, ou os argumentos que tentam provar ou refutar determinadas teses.

A *disposição*, segunda parte da retórica, trata da ordenação do discurso. Há diversas versões dessa ordem. A mais clássica, segundo Reboul (2004, p. 55) tem quatro segmentos: o exórdio ou o proêmio, que inicia o discurso e deve captar a atenção e benevolência da audiência; a narração, que conta uma versão dos fatos de que se está tratando; a confirmação, que traz provas, argumentos e contra-argumentos; e a peroração, que encerra o discurso.

A *elocução*, terceira parte da retórica, trata do estilo que se utiliza – é aí que se dá o estudo das figuras de linguagem, a que às vezes se reduz toda



## CAPA

HANA LUZIA E MARIA JÚLIA MOREIRA

a retórica. Por fim, a *ação* trata da performance do discurso, do corpo e da voz do orador como parte do processo argumentativo.

A partir desse breve resumo de alguns elementos da arte milenar da retórica, mostro agora como Ailton Krenak mobiliza essa arte em seu discurso. Proferido em 4 de setembro de 1987, o discurso responde de maneira mais imediata ao substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) ao anteprojeto de Constituição, que, ao sistematizar as propostas de oito diferentes comissões temáticas, modificou e desfigurou as propostas relativas aos direitos indígenas (Ricardo *et alii*, p. 18-19). Enquanto orador, Ailton Krenak encarna a postura de um defensor. Mesmo que o discurso fosse do gênero deliberativo, pois se tratava de uma discussão política, pode-se ver elementos do gênero judiciário, pois Ailton defendia os povos indígenas e seus aliados de ataques e acusações. O *exórdio* do discurso é exemplar. Reproduzo:

Sr. presidente, srs. constituintes, eu, com a responsabilidade de, nesta ocasião, fazer a defesa de uma proposta das populações indígenas à Assembleia Nacional Constituinte, havia decidido, inicialmente, não fazer uso da palavra, mas de utilizar parte do tempo que me é garantido para defesa de nossa proposta numa manifestação de cultura com o significado de indignação – e que pode expressar também luto – pelas insistentes agressões que o povo indígena tem indiretamente sofrido pela falsa polêmica que se estabeleceu em torno dos direitos fundamentais do povo indígena e que, embora não estejam sendo colocados diretamente contra o povo indígena, visam atingir gravemente os direitos fundamentais de nosso povo. (Krenak, p. 32)<sup>3</sup>

Nesta primeira frase do discurso, vemos *ethos* ou caráter e *pathos* ou sentimento sendo definidos de maneira muito clara e efetiva pelo orador. O caráter do orador se define como representante legítimo dos povos indígenas. Se o orador é um “eu” que tem certa responsabilidade, também é parte de um “nosso povo”, com que se encerra o parágrafo – e a passagem de um a outro, de começar com um eu e terminar com um nós, constrói a confiabilidade do orador enquanto representante. O caráter do orador também se define pelo sentimento, por estar indignado ou em luto. É este o *pathos* – a indignação – que se pretende transmitir à audiência.

Em seguida ao *exórdio*, o orador *narra* a participação indígena nos debates da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias da Assembleia Nacional Constituinte. Ele elogia a “reciprocidade de muitos dos srs. constituintes” à seriedade com que indígenas e aliados trabalharam, permitindo “a construção, a elaboração de um texto que provavelmente tenha sido o mais avançado que este país já produziu com relação aos direitos do povo indígena” (p. 33). E elenca, e discute, os direitos essenciais garantidos pelo texto – os direitos originários às terras e o reconhecimento da cultura e da tradição.

Ao discutir os direitos essenciais, traz argumentos pela justiça de sua inclusão no texto constitucional (*confirmação*):

Assegurar para as populações indígenas o reconhecimento aos seus direitos originários às terras em que habitam – e atendem bem para o que digo: não estamos reivindicando nem reclamando qualquer parte de nada que não nos cabe legitimamente e de que não esteja sob os pés do povo indígena, sob o habitat, nas áreas de ocupação cultural, histórica e tradicional do povo indígena. Assegurar isto, reconhecer às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante. (p. 33)

Ambos os elementos, território e cultura, haviam sido desfigurados e restritos pelo substitutivo de Bernardo Cabral. Na proposta deste, só haveria direito originário às “terras de posse imemorial onde [os indígenas] se acham permanentemente localizados” (Ricardo *et alii*, p. 18, *Primeiro substitutivo*, p. 47, acrés-



## Na Constituinte, Ailton Krenak transformou pensamento em ação ao pintar o rosto durante seu discurso

cimo meu), o que restringe o alcance da definição e desconsidera o histórico de deslocamentos forçados de diversos povos. Contra esta definição, Krenak defende a complexidade do pertencimento ao território, que depende de elementos de cultura, história e tradição, e defende que o direito não é só relativo ao tradicional ou “imemorial”, mas ao efetivamente habitado por conta de circunstâncias históricas.

Também o reconhecimento da cultura indígena havia sido desfigurado no substitutivo de Cabral, que definia “níveis de aculturação” e a limitação de direitos para indígenas supostamente aculturados.<sup>4</sup> Contra isso, Krenak diz que há formas, no plural, de se manifestar as culturas indígenas e que estas devem ser reconhecidas. As “relações harmoniosas com a sociedade nacional” são atingidas não com a assimilação ou “aculturação”, mas com o respeito às diversas culturas.

No que diz respeito à *elocução*, o discurso de Ailton Krenak utiliza diversas figuras de linguagem e de pensamento. Mais do que enumerá-las, proponho seguir duas dessas figuras, que amarram o texto – uma no exórdio, outra ao fim da peroração – e que dão sentido a sua performance, sua *ação*.

No início do texto, o orador utiliza uma figura de pensamento que a tradição retórica chama de *preterição* (Reboul, p. 134). Esta figura consiste em dizer que não se vai falar de algo, de que imediatamente já se fala. Assim, Ailton Krenak diz que havia decidido não usar seu tempo com a fala, mas com uma manifestação cultural de indignação e luto – apesar disso, mesmo assim, fala. Seu argumento posterior em prol da diversidade de manifestações culturais indígenas e do valor dessa diversidade para a “sociedade nacional” faz ver que o efeito desta preterição não se encerra no exórdio e que sua temática continua ao longo do discurso.

A parte verdadeiramente genial, que tornou o discurso de Ailton Krenak um dos momentos mais memoráveis da Constituinte, é quando a figura de pensamento se torna ação. Para refletir sobre este momento vou fazer referência à gravação em vídeo de parte do discurso.<sup>5</sup>

O vídeo mostra Ailton Krenak discursando de pé, com uma voz pausada e firme, sem ler de qualquer papel visível. A complexidade do discurso afasta a probabilidade de improviso, o que nos deixa diante do uso de uma excelente memória, faculdade primordial da ação segundo os antigos retóricos. Ailton tem cabelos um tanto compridos e usa um terno impecavelmente branco:

Os srs. sabem, V. Exas. sabem que o povo indígena está muito distante de poder influenciar a maneira que estão sugerindo os destinos do Brasil. Pelo contrário. Somos talvez a parcela mais frágil nesse processo de luta de interesse que se tem manifestado extremamente brutal, extremamente desrespeitosa, extremamente aética.

Espero não agredir, com a minha manifestação, o protocolo desta Casa. Mas acredito que os srs. não poderão ficar omissos. Os srs. não terão como ficar alheios a mais esta agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. (O sr. Krenak inicia processo de caracterização – pintura facial.) (Krenak, p. 34)

Enquanto continua o discurso, no mesmo tom firme e pausado, Ailton Krenak passa a pintar seu rosto de preto, retirando, com os dedos, de uma pequena

lata, a tinta pastosa que passa em todo o rosto, sem deixar sequer uma gota cair em seu terno branco e sem nunca interromper o discurso. A manifestação de indignação e luto, anunciada no início, acontece ao mesmo tempo da fala – apesar da preterição, nada foi preterido e ambas ocorrem, potencializando-se mutuamente. Além da função emotiva evidente, de catalisar *ethos* (caráter) e *pathos* (sentimento) numa única ação ritual, a pintura serve uma função argumentativa, demonstrando, pelo exemplo, o tipo de relação com a sociedade nacional que as culturas indígenas podem trazer.

O processo de pintura termina junto com o discurso. Numa das últimas frases, há uma figura de linguagem, uma metáfora, que amplifica o alcance da argumentação anterior e da manifestação concomitante:

Hoje somos alvo de uma agressão que pretende atingir, na essência, a nossa fé, a nossa confiança. Ainda existe dignidade, ainda é possível construir uma sociedade que saiba respeitar os mais fracos, que saiba respeitar aqueles que não têm dinheiro, mas mesmo assim, mantém uma campanha incessante de difamação. Um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas, um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser de forma nenhuma contra os interesses do Brasil ou que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil. V. Exas. são testemunhas disso (p. 35).

Neste trecho final da peroração, o orador constrói uma imagem do povo indígena: são os mais fracos, são pobres, vivem em condições precárias, e por isso mesmo não representam perigo aos interesses nacionais e ao desenvolvimento. Pelo contrário, foi sobre este povo que se construiu a Nação. O sangue dos povos indígenas acompanhou cada momento do incessante processo de expansão territorial que forjou o Brasil. O sangue, o que quer dizer, o sangue que se derramou, a morte dos indígenas, ainda fomenta – tem regado – a expansão territorial e econômica – “regar” e “hectare” são termos utilizados na agricultura. A metáfora, “regar com sangue”, sintetiza a indignação e o luto propostos como *pathos* para o discurso.

### CORPO E ORATÓRIA

O corpo fazia parte da retórica antiga. A parte da *ação* sempre estava presente e era, afinal, essencial para o sucesso dos discursos, especialmente dos judiciais e deliberativos.

No entanto, foram justamente esses gêneros que perderam importância depois de certo momento. Com a passagem da República para o Império Romano, o discurso deliberativo foi perdendo aos poucos a importância, pois, cada vez mais, a deliberação era centralizada em torno do Imperador. Com a queda do Império Romano do Ocidente (476 d. C.), foi a vez do discurso judiciário se extinguir, pois não havia mais o sistema jurídico romano. A retórica sobreviveu no gênero epidítico (de elogio, principalmente dos governantes) e em exercícios escolares. Neste processo, a retórica se tornou cada vez mais texto e menos *performance*. A parte da *ação* foi perdendo espaço nos manuais e a retórica perdeu corpo. Em certo momento, acabou se tornando mais um instrumento analítico, de identificação de argumentos e figuras, do que uma arte.

Em outros povos fora da Europa, no entanto, as artes do falar continuavam, e continuam, sendo artes corporais. O antropólogo Pierre Clastres, em texto clássico publicado no seu *A sociedade contra o Estado*, define assim o papel da oratória na chefia indígena: “[...] o talento oratório é uma condição e também um meio do poder político. Numerosas são as tribos onde o chefe deve todos os dias, na aurora ou no crepúsculo, recompensar com um discurso edificante as pessoas do seu grupo [...]” (2003, p. 49). Para os grandes homens yanomami, geralmente os sogros de uma unidade familiar, são os discursos *hereamuu* que têm esta função. Proferidos antes do amanhecer ou no início da noite, são “longos discursos” em que se incentiva a gente a “caçar e trabalhar em suas roças” e se evocam “o primeiro tempo dos ancestrais tornados animais” (Kopenawa e Albert, 2015: p. 376).



## CAPA

## Como na Constituinte, hoje os corpos indígenas ainda combatem os avanços etnocidas e criam retóricas de resistência

A competência em um discurso *hereamuu* é definida pelo xamã yanomami Davi Kopenawa em termos corporais. É a imagem do gavião *kãokãoma* que se instala no peito dos oradores e indica à garganta destes como falar bem. Faz, ainda, sua língua ficar firme. (p. 381) A boa oratória, dentro do discurso *hereamuu*, é falar bem, função da garganta, e ter a língua firme. São funções corporais, que fazem a voz voltar ao seu momento, físico, de execução.

Para Pierre Clastres, a lei nas sociedades ameríndias se inscreve no corpo e não no papel (2003, p. 203-204). Os diálogos *hereamuu* dos yanomami, voz que vem do corpo transformado por um espírito, são uma parte da lei da comunidade. Eles dependem de se ter a língua firme e uma boa garganta, e de se ter um espírito por dentro.

### HERMENÊUTICA E RETÓRICA

Se a Idade Média não teve retórica digna de nome, ela nos legou a hermenêutica, a partir da prática de interpretar o texto bíblico. A técnica hermenêutica medieval buscava ampliar o texto bíblico para além de sua literalidade, englobando o movimento histórico como prefigurado pelo plano do criador. A interpretação alegórica ou alegoria dos teólogos (Hansen, 2006) se tornou uma forma de expandir o texto bíblico para novos domínios. No Renascimento e em séculos posteriores a técnica interpretativa se uniu às antigas técnicas da retórica. Um momento particularmente exemplar dessa união é a obra do padre Antonio Vieira, que, ao fazer oratória epidítica (ou proselitista), interpretava o mundo a partir de trechos da *Bíblia* e interpretava a *Bíblia* a partir do que acontecia no mundo.

Mesmo ao utilizar as técnicas da retórica, a hermenêutica ou interpretação depende de um ponto fixo, muito mais fixo que a oratória viva, corporal, é capaz de dar. A interpretação depende de um texto, que servirá de referência ao jogo de analogias e associações próprias da hermenêutica. É nas lacunas e sobras do texto, nas elipses, ambiguidades e sobreposições que a interpretação encontra sua maior potencialidade. É também aí que a interpretação se encontra com a política ou com o que se costuma chamar de ideologia.

O lugar maior da hermenêutica, nas culturas nacionais contemporâneas, é ocupado pelas cortes constitucionais dos sistemas judiciários. No momento em que escrevo, em julho de 2018, o mundo inteiro aguarda em suspenso a indicação pelo presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, do novo juiz da Suprema Corte norte-americana, que, possivelmente, selará um novo entendimento conservador sobre a Constituição norte-americana, com a possibilidade de durar décadas. A rigor, este futuro juiz e seus oito pares decidirão sobre a interpretação de um documento de sete artigos e vinte e sete emendas – pouquíssimas páginas. No entanto, a interpretação, o que quer dizer, a atividade de preencher as lacunas desse documento, decide grande parte da política dos Estados Unidos e do mundo.

Embora a Constituição de 1988 seja muito mais analítica e mais longa que a norte-americana, ainda assim há muito o que ser decidido em nosso Supremo Tribunal Federal, como podemos ver todos os dias em tempos de protagonismo judiciário. Muito longe da atividade corporal e vocálica da retórica antiga e da oratória indígena, as decisões da suprema corte brasileira se dão em julgamentos em que os ministros



trazem votos escritos previamente, que usualmente não são modificados pela atuação oratória de advogados e promotores, e que são lidos ou resumidos em plenário. Nesta lógica, a oratória perde sua função de convencimento – todos já têm sua convicção pronta e escrita – e se torna parte acessória do rito. É a atividade hermenêutica, a interpretação dos autos e da Constituição, que ocupa o lugar central.

Tenho como tese que isso cobra seu preço, algumas vezes caro. Creio ser o caso no julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que teve parecer favorável do relator, ministro Carlos Ayres Britto, em 2008. Neste voto, Ayres Britto introduziu a seguinte interpretação dos dispositivos constitucionais sobre as terras indígenas. Reproduzo parcialmente o texto:

I – o marco temporal da ocupação. Aqui, é preciso ver que a nossa Lei Maior trabalhou com data certa: a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) como insubstituível referencial para o reconhecimento, aos índios, “dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Terras que tradicionalmente *ocupam*, atente-se, e não aquelas que venham a ocupar. Tampouco as terras já ocupadas em outras épocas, mas sem continuidade suficiente para alcançar o marco objetivo do dia 5 de outubro de 1988. Marco objetivo que reflète o decidido propósito constitucional de colocar uma pá de cal nas intermináveis discussões sobre qualquer outra referência temporal de ocupação de área indígena. Mesmo que essa referência estivesse grafada em Constituição anterior. É exprimir: *a data de verificação do fato em si da ocupação fundiária é o dia 5 de outubro de 1988, e nenhum outro*. Com o que se evita, a um só tempo: a) a fraude da subitânea proliferação

de aldeias, inclusive mediante o recrutamento de índios de outras regiões do Brasil, quando não de outros países vizinhos, sob o único propósito de artificializar a expansão dos lindes da demarcação; b) a violência da expulsão de índios para descaracterizar a tradicionalidade da posse das suas terras, à data da vigente Constituição. Numa palavra, o entrar em vigor da nova Lei Fundamental Brasileira é a *chapa radiográfica* da questão indígena nesse delicado tema da ocupação das terras e demarcar pela União para a posse permanente e usufruto exclusivo dessa ou daquela etnia aborígine. (Ayres Britto, p. 55-56)

Nesse argumento, Ayres Britto trabalha a partir das lacunas do texto constitucional. Não há, de fato, referências temporais no texto constitucional, exceto o prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas, constante das Disposições Transitórias, e que não foi cumprido. Todo o argumento de Ayres Britto se sustenta no tempo verbal utilizado no artigo 231 da Constituição: são reconhecidos “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Deste uso do presente, o ministro conclui que os direitos valem para o presente da assinatura do documento, em 5 de outubro de 1988. A partir da utilização do verbo, o ministro conclui que há um “decidido propósito constitucional” de encerrar as discussões sobre a referência temporal para a ocupação de terra indígena. Sem ser jurista – mas entendendo um pouquinho de linguagem e um pouquinho de ideologia – me parece que, se esse fosse o “decidido propósito” dos constituintes de uma Constituição tão detalhada, ele estaria expresso por mais que um tempo verbal.

HANA LUZIA E MARIA JÚLIA MOREIRA



Mesmo se aceitando o tempo verbal, porém, o argumento do ministro é frágil. Nos parágrafos do artigo 231 fala-se em “terras tradicionalmente ocupadas”, o que fragiliza enormemente ao menos parte de sua tese – de que terras ocupadas anteriormente por indígenas, mas não ocupadas quando da “chapa radiográfica” de 5 de outubro de 1988, não seriam cobertas pela Constituição.

Além disso, a menção ao mito da “fraude da subitânea proliferação de aldeias” soa como crueldade para qualquer pessoa familiarizada com o assunto. Recomendo, como vacina, estudar um pouco a situação dos Guarani-Kaiowá, que estão desde o século XIX sendo expulsos de terra após terra.<sup>6</sup>

Este argumento frágil, mas plausível porque ancorado na gramática, teve efeitos deletérios nos dez anos subsequentes. Uma parte dos ministros passou a ancorar suas decisões na tese do “marco temporal”, o que resultou na anulação de algumas demarcações – o que quer dizer, na continuidade da opressão das populações que vivem nestes territórios. Resultou, ainda, em uma série de decisões anti-indígenas em outras instâncias do Judiciário. E continua em discussão, projetando sua sombra sobre todas as terras indígenas que os interessados econômicos não querem que sejam demarcadas.

Como na Constituinte, são os corpos que se inter põem à realização dos desejos etnocidas. Os corpos de milhares de indígenas que se reúnem todo ano no Acampamento Terra Livre em Brasília, que bloqueiam estradas em protesto, que retomam terras das quais haviam sido expulsos, que ocupam espaços na universidade mesmo sem financiamento adequado, que produzem arte, que fazem literatura, que projetam suas vozes via redes sociais. Como na Constituinte, esses corpos organizam retóricas de

resistência que fazem frente ao avanço constante de forças anti-indígenas.

#### Referências

Ayres Britto, Carlos. *Relatório (voto sobre a demarcação da TI Raposa Serra do Sol)*. 2008. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/pe-t3388CB.pdf>

Brand, Antônio. Os direitos indígenas 20 anos após a Constituição de 1988. In: *Seminário Constituição 20 Anos: Estado, democracia e participação popular*, 27 e 28 nov. 2008, Brasília. Caderno de textos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Comissão de Legislação Participativa. 2008.

Clastres, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

*Emendas populares*. Assembleia Nacional Constituinte, v. 258. Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf>

Hansen, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. Hedra, 2006.

Kopenawa, David, e Albert, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Krenak, Ailton; Cohn, Sergio (org). *Encontros Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

Paraiso, Maria Hilda Baqueiro. Krenak (verbete). *Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil*, Instituto Socioambiental. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>

*Primeiro substitutivo do relator (Projeto de Constituição)*. Centro Gráfico do Senado Federal, 1987. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-235.pdf>

Reboul, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Ricardo, Carlos A. (coord. e ed.) *et alii. Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: Centro Ecumênico de Divulgação e Informação, 1991. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Downloads>

Survival International. *Os Yanomami*. Disponível em <https://www.survivalbrasil.org/povos/yanomami/invasores>

#### Notas

1. O livro *Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígenas na ditadura*, de Rubens Valente (2017), narra esse processo incluindo as histórias de vários povos de todo o país.

2. Há diversas boas apresentações da retórica clássica. Aqui utilizo a *Introdução à retórica*, de Olivier Reboul (2004), bastante acessível. Dos textos originais, a *Retórica*, de Aristóteles, foi o primeiro a sistematizar o campo. As *Instituições Oratórias*, do latino Quintiliano, são particularmente importantes por apresentarem a versão mais detalhada que conheço da retórica antiga.

3. As citações do discurso de Ailton Krenak são do volume *Encontros Ailton Krenak* (2015). O discurso também pode ser acessado online, no fac-símile do *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissao-de-sistematizacao/COMSist23ext27011988.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissao-de-sistematizacao/COMSist23ext27011988.pdf) (p. 572-573). Há, ainda, gravações em vídeo disponíveis no YouTube.

4. “Art. 305 - Os direitos previstos neste capítulo não se aplicam aos índios com elevado estágio de aculturação, que mantenham uma convivência constante com a sociedade nacional e que não habitem terras indígenas.” (*Primeiro substitutivo*, p. 47) *O Segundo substitutivo do relator* manteve este artigo.

5. Disponível em <https://youtu.be/TYICwl6HAKQ>

6. O documentário *Martírio*, de Vincent Carelli (2016), é particularmente interessante para essa discussão.

## CAPA

# Somos aqueles por quem esperamos

Breve e didático apanhado histórico sobre questões que envolvem os indígenas

Daniel Munduruku

**Qual a ideia que passa** em nossa cabeça quando ouvimos a palavra “índio”<sup>1</sup> ser pronunciada? Será que ela nos remete a seres que vivem na selva, andam nus, descalços, pintados, enfeitados, portando arcos e flechas, sentados ao redor de uma fogueira assando um bom naco de carne, olhares atentos aos perigos da floresta e com rostos deformados, mas que vivem em harmonia, seja com a natureza, seja com as outras pessoas de sua “tribo”, não sofrem com a poluição ou com o *stress* ocasionado pela correria insana da vida urbana?

Se essas ideias perpassam sua cabeça quando a palavra é dita não precisa se preocupar porque você faz parte de uma grande parcela da população brasileira que foi (des)educada pelo sistema de ensino que lhe inculuiu uma ideia romantizada dos indígenas brasileiros. Romantizada? Como assim? Já explico.

Historicamente, os brasileiros aprendem que os “índios” são seres que estavam presentes nessa terra quando os colonizadores chegaram e os encontraram aqui. Os consideraram inferiores e trataram de impor para eles uma nova forma de vida baseada no trabalho, na servidão religiosa e na submissão política. Para serem gente de verdade teriam que ser colonizados. Eles não eram muito afeitos ao trabalho e por isso foram logo substituídos pelos negros escravizados na África e trazidos para cá para substituir os selvagens.

Nosso aprendizado quase sempre para por aí. Os “índios” praticamente deixam de existir na narrativa histórica que os deixa presos ao passado brasileiro. Essas narrativas foram sendo engrossadas pela literatura, fazendo vir à tona o “bom selvagem” – uma ideia corroborada pela filosofia que foi alimentando nosso modo de ver essas populações. José de Alencar foi o principal representante da disseminação da imagem de um nativo nobre, honesto, ético, pomposo, orgulhoso de suas origens e capaz de atitudes corajosas. Eram, em última análise, quase um civilizado, quase um europeu. Nessa descrição não entrava nada da humanidade real dos povos retratados, nos restando aceitar que eles eram exatamente aquilo que a literatura nos apresentava. Assim nasceu para nós um “índio” sem história, genérico, sem humanidade, um simulacro, um estereótipo que ficou preso aos livros didáticos e que nos foi sendo apresentados como algo da história do passado brasileiro. Infelizmente ainda hoje é assim. Estas representações continuam sendo revividas nas salas de aula sempre que é comemorado o dia 19 de abril, o dia do “índio”. A pergunta que não quer calar é a mesma: que “índio” é esse que se comemora? Aquele que está no nosso imaginário: subalterno, selvagem e patético.

Nem tudo, porém, acaba por aí. Há outra visão ainda mais preocupante que esta do bom selvagem, romântica. Se fosse só essa tudo seria resolvido por uma boa escola. Há outra visão dissonante que paira sobre nós e que reforça o desprezo que aprendemos a ter desses povos. Quem nunca ouviu afirmações do tipo: “índio” é preguiçoso, selvagem, atrasado, viciado, encrenqueiro, atrapalha o progresso e o desenvolvimento? Quem nunca ouviu alguém dizer que o “índio” tem muita terra e não sabe o que fazer com ela porque é incompetente? E que a terra tem que ser dada para quem dela tira riquezas? Que a terra que não for cultivada coloca o Brasil em descompasso com o resto do mundo?

Sei que já ouviram dizer essas coisas. Alguns dizem abertamente e outros de forma velada, mas o fato é que essas duas ideias – a romantizada e a ideologizada – estão presentes em nosso imaginário. Como dito antes, uma é trazida pela escola e a outra pela mídia. Uma nos ensina a olhar para o passado e a deixar lá a existência desses povos e a outra nos diz que o presente não comporta gente que não entenda de economia ambiental. Essas duas visões moram dentro da gente. Quase nunca nos damos conta disso. A não ser, claro, quando olhamos para a realidade e nos deparamos com indígenas frequentando a universidade, escrevendo livros, ganhando prêmios culturais na música, teatro ou cinema. Quando notamos que os “bons selvagens” já ocupam um espaço na sociedade brasileira. Nessa hora deixamos mais uma vez a ideologia tomar conta da gente. Sabe o que dizemos? Se o cara já está na universidade ou participando da sociedade como um todo ele não pode mais ser “índio de verdade”, já está civilizado, é um de nós. Por que “índio de verdade” é aquele que mora no nosso imaginário. Entendeu?



### DIREITO PARA CHAMAR DE MEU

Foi assim durante quase 500 anos. A estratégia do Estado brasileiro era desqualificar a existência dos povos indígenas. Suas políticas para eles eram quase sempre de extermínio, perseguição, escravização ou integração à sociedade nacional. Essas políticas conseguiram reduzir drasticamente a população nativa que era, em 1500, quase 2 milhões de pessoas, para um pouco menos de 100 mil pessoas na década de 1970, período em que estudiosos vaticinavam que os indígenas não chegariam ao século XXI. Aconteceu, no entanto, uma reviravolta que colocou essa visão niilista em cheque: os indígenas começaram a se organizar.

Até os anos de 1970, as populações indígenas eram invisíveis para a sociedade brasileira. Viviam dentro de suas reservas, caso não tivessem muito contato com os “brancos”, ou estavam sendo obrigados a frequentar a escola para aprender as “coisas dos brancos” e se tornarem “civilizados”. O caminho estava dado e nada poderia interferir nessa lógica que culminaria no desaparecimento total dos indígenas e os deixariam presentes apenas nos livros escolares. Acontece que houve um movimento da Igreja Católica no sentido de reunir lideranças para grandes assembleias. Chefes tradicionais que não se conheciam passaram a perceber que seus problemas eram semelhantes e que a solução poderia ser a mesma caso fizessem pressão sobre o governo brasileiro. Esse foi o embrião para o surgimento do que viria a ser o movimento indígena brasileiro, entidade que se efetivou nos fins dos anos 1970 e cresceu durante os anos de 1980 e que teve sua

HANA LUZIA E MARIA JÚLIA MOREIRA



expressão máxima com a aprovação dos capítulos 231 e 232 da Constituição brasileira.

Se até a Constituição de 1988 os indígenas estavam fadados ao desaparecimento, a partir daí ganharam uma sobrevida em forma de Direitos Constitucionais. Foi assim que o movimento indígena mostrou ao Brasil que os povos que representava não estavam de passagem por esta terra e que já eram plenamente brasileiros, ainda que diferenciados por força de suas ricas culturas; que tinham direitos originários que precisavam ser respeitados; que podiam ser brasileiros sem deixar de serem indígenas; que podiam, deviam e queriam participar da sociedade brasileira, mas que os povos que ainda estivessem em situação de pouco ou nenhum contato deveriam ser respeitados em sua integridade física, material e imaterial.

É isso que está escrito na Constituição. Pela primeira vez na História nacional o Estado brasileiro admitiu que os indígenas estão nessa terra para ficar e que têm direito a ter direitos, portanto, são brasileiros plenos em suas diferenças. Caberia, portanto, ao Estado oferecer todas as condições para que consigam praticar sua brasilidade – que passaria pela demarcação de todas as terras indígenas, atendimento de saúde diferenciado, educação que levasse em conta seus processos pedagógicos próprios, seus sistemas de cura, seus ciclos de produção, suas redes de interação com o ambiente, seus conhecimentos e sabedorias próprios.

Será que tudo isso este mesmo acontecendo? Sei que alguém há de perguntar. Eu responderia dizendo que muita coisa aconteceu e está acontecendo porque é um processo que não tem hora pra acabar. A partir

*“Os direitos indígenas foram uma conquista, e não um benefício a nós oferecido. Temos que lutar mais por eles”*

dos anos 1990 os indígenas passaram a se organizar de maneira mais livre, sem as amarras institucionais que a Funai impunha. Surgiram organizações não governamentais autônomas; projetos e programas de atendimento à saúde e educação com a obrigatoriedade de que técnicos de saúde e professores fossem indígenas; cresceu a presença indígena nas universidades; houve maior visibilidade das práticas sociais e políticas; aumento substantivo da população indígena; a cultura indígena está mais presente na sociedade brasileira. Muitas outras coisas não aconteceram, como a esperada demarcação das terras indígenas. Nisso houve um retrocesso muito grande, parte porque

o Estado não se mobilizou para efetivar o direito, parte por conta dos interesses transnacionais nas riquezas que estas terras guardam. Este é um capítulo à parte que ainda deverá ser escrito na história brasileira.

Devo dizer que ainda há muito a se descobrir sobre os povos indígenas. No entanto, os próprios indígenas estão dispostos a contribuir para que isso aconteça. Não à toa já se fazem presentes na sociedade participando, interagindo, contribuindo, planejando, atuando, ensinando. Já são mais de 5 mil estudantes indígenas nas universidades; mais de 20 doutores e outros 50 mestres, além de mestrands em diversas áreas do conhecimento. Pouco, é verdade. Mas não se pensarmos que isso tem apenas pouco mais de 20 anos.

Há também muitos problemas a serem resolvidos e que passam pela participação mais efetiva dos indígenas e pelo interesse do Estado brasileiro que não podem ficar à mercê das bancadas de apoio. Essas bancadas quase sempre são compostas por inimigos dos povos indígenas e que não querem que nossos direitos sejam efetivados. Ao Estado cabe proteger esses direitos e à sociedade civil organizada obrigá-lo a isso. Os direitos indígenas foram uma conquista, e não um benefício a nós oferecido. Temos o direito. Temos que lutar ainda mais por ele.

Como diziam os primeiros mentores do movimento indígena: Não esperamos ninguém. Somos aqueles por quem esperamos.

1. Utilizo os termos “tribo” e “índio” sempre entre aspas lembrando que estas são palavras que caíram em desuso e que seus significados já não são mais compatíveis com nomenclaturas mais recentes.

## ARTIGO

# Sobre os versos que são uma sombra ao sol

Idioma, corpo e memória na obra de Ruy Belo, poeta português morto há 40 anos

Isabela Benassi

**A minha aproximação** com alguns poetas costuma acontecer por motivos semelhantes, indo de encontro àqueles que despertam algum tipo de desconforto poético e que conseguem, sobretudo, se mostrar atentos ao seu tempo. Também me coloco ao lado dos dispostos a tratar sobre a dor – porque é muitas vezes ao poema que recorremos quando todo o resto já não basta. E por isso, também me ponho ao lado dos que aceitam falar da morte – da morte do corpo –, assim como Ruy Belo.

Nascido em 1933, na pequena freguesia de São João da Ribeira, cidade tipicamente portuguesa de formação cristã e população majoritariamente feminina, Ruy Belo foi o verdadeiro poeta obscuro. Certamente, não nasceu em um período fácil, já que 1933 também foi o ano da Constituição Portuguesa que instaurou a ditadura de Salazar, assim como o ano em que os nazistas fizeram a grande queima de livros na Alemanha. Como disse o próprio poeta em *Vat 68*, um de seus ensaios dedicados à morte de Manuel Bandeira, “Todos os anos são anos de morte”. Agora, em 2018, faz 40 anos que Ruy Belo morreu, e por isso temos a oportunidade de fazer deste não só um ano de morte, mas também de poesia. Esta, então, é uma espécie de obituário – um texto em sua memória.

Ruy Belo levou uma vida completamente dedicada ao texto e aos estudos, publicando nove livros de poemas e um grande apanhado de ensaios e críticas. Mas o que vale aprofundar aqui são certos aspectos da sua poética, como sua aproximação com o cultivo da terra e dos saberes metafísicos; nos mostrando um crescente fértil – campos poéticos férteis, como em *Aquele grande rio Eufrates*, de 1961, seu livro de estreia: *Somos verdadeiramente pessoas seguras de si/ Longe de nós – que fará ele aqui? – o pensamento/ de um dia deixarmos atrás de nós um corpo/ lembranças nossas em alguém vazios os lugares onde estivemos*.

Estes versos inauguram a obra, compondo um poema longo e de profunda negatividade. Há uma aguda visão da negatividade enquanto um estado de profusão mortífera, mas é preciso ressaltar que aqui o negativo é principalmente um espaço vazio. Trata-se de pensar a obra *poemática* de Ruy Belo distante de uma concepção produtora de *preenchimento*, de criação de respostas. O que se percebe em sua poética é, na verdade, uma completa dedicação ao hermetismo, à obscuridade – ao esvaziamento. E lembremos também que no início era o *caos*, o vazio antecessor da criação. Em grego, “vazio” se diz por *kenós* e sua variação *kenwsis* é o esvaziamento pelo qual Jesus passou, na carta aos Filipenses, para assemelhar-se aos homens, fazer-se humano como nós; esvaziar-se de si mesmo para receber o outro, porque, afinal, *somos verdadeiramente pessoas seguras de si*.

Esvaziar-se pode também ser uma forma de esquecer e por isso não surpreende que Ruy Belo não tenha recebido nenhum prêmio em vida. Adília Lopes, poetisa portuguesa recém-editada no Brasil, disse em uma de suas últimas entrevistas que ele é subvalorizado “porque as pessoas têm relutância a certas referências religiosas e por isso não o consideram muito”. É difícil acreditar na sua baixa recepção a partir dessa chave, considerando que Portugal possui uma origem tão católica (sem falar do Brasil). Apesar disso, existem algumas informações que precisamos considerar, como seu envolvimento com a Opus Dei; sua sensação de despertamento com seu país, percebida em pronunciamentos do tipo: “é realmente uma desgraça ter nascido em Portugal. Parte para a vida em desvantagem”; ou ter lançado seu primeiro livro justo na mesma semana que Herberto Helder lançou *A colher na boca*.

Antes de tudo, aceitemos que cabe ao poeta falhar, principalmente porque cair é importante para o poema – e às vezes carregar alguns versos consigo é exatamente o motivo da queda – mas para além disso, a sua tardia entrada no espaço literário também se mostra um mosaico de dificuldades humanas: *A morte é a verdade e a verdade é a morte/ Ao homem não foi dado nenhum outro dia/ e a vida é qualquer coisa como nunca mais chegar*. Resiste-se à sua obra, como resiste-se ao enfrentamento dos obstáculos – e a morte sempre foi o maior deles.

Assim como Fernando Amaral fala-nos em seu prefácio da edição portuguesa do livro de Ruy Belo, publicado em 1962, *O problema da habitação: alguns aspectos*, “o acto de amar a vida implica também



amar a morte”. Se estamos atados à vida, é porque nos atamos também à morte. É dessa forma que passamos a habitar casas sobrepostas, numa espécie de revezamento entre preencher e esvaziar os lugares, um jogo entre positivo e negativo. Entretanto, logo notamos que a dicotomia vida & morte não se sustenta por muito tempo na poética de Ruy Belo, porque nela o abismo da morte coexiste também com o da vida – a morte *está* no corpo. E por isso é importante lembrarmos do corpo, porque falar da morte é falar do término da matéria e, a rigor, nada mais que isso.

Nos primeiros poemas desse mesmo livro, *Quasi flos e Imaginatio locorum*, acrescenta-se ainda o problema de que esse corpo disputa espaços com outros corpos, como se construísse algo em cima de lugares já construídos. Arquitetamos a vida numa multiplicação de ruínas, empilhando um a um os dias da mesma forma que empilhamos os corpos – a maior dificuldade encontra-se em habitar a si mesmo –, enquanto a *alegria é uma casa recém construída/ e uma casa é a coisa mais séria da vida*. Assim buscamos o topo das habitações na procura de um horizonte, um espaço que ainda possa estar vazio para nos reedificarmos, afinal a *alegria é uma casa demolida*.

Após a ruína, resta-nos a memória, e por isso realizar esse *obituário* poderia se tornar um peso, se todo esse percurso não nos trouxesse também a lembrança dos poemas (e qualquer oportunidade para ler Ruy Belo é sempre bem-vinda). Mas o peso ainda é inevitável. Em um de seus ensaios, o filósofo francês Lyotard nos pergunta “por que afinal filosofamos?”, respondendo logo em seguida que “filosofamos porque perdemos a

DIVULGAÇÃO



unidade. A origem da filosofia é a perda do uno, a morte do sentido”. Toda a poesia de Ruy Belo procura restaurar a unidade entre os homens a partir do compartilhamento da morte, e é por isso que estamos aqui, mesmo com o peso – porque morrer é universal, é o que nos une. Assim como a morte sedimenta o homem à terra, mostrando sua finitude material, Ruy Belo sustenta sua poesia por uma espécie de mediação entre os dois planos, como se extraísse a morte das coisas para mantê-las vivas. “Creio que nem por pintar porventura a realidade melhor do que ela é a deixo de pintar como é”, assim definia sua própria obra. Pois por pintar a realidade da melhor forma é que se tornou, por meio da morte, um poeta das coisas vivas, e por mais controverso que pareça, sua obra manifesta, sim, uma certa alegria – um deslumbre divino – em estar diante de todas essas coisas vivas.

Em *Boca bilingue*, de 1966, uma dessas coisas vivas é o próprio idioma, onde o poeta nos aproxima da língua materna (a que temos em comum) e da linguagem metafísica (cosmogônica). Porém, o que se nota desde o começo do livro são alguns espectros já conhecidos pela literatura portuguesa, como uma espécie de dificuldade de origem, que aparece na série de poemas intitulados *Portugal sacro-profano*, especialmente no verso: *Nenhum cordão nos prende por instantes a nenhum umbigo*; e também na epígrafe do livro de Manoel Gomes da Silveira: *porque loucos não os há, senão em língua portuguesa*. Percebe-se que a proposta é que o poeta nos ensine sua língua; embora ela não seja propriamente a língua portuguesa, mas sobretudo a linguagem dos poemas, pois “bilíngue é toda a poesia”; e a partir da linguagem

## Poucos lembram, mas nove livros de Ruy Belo foram publicados no Brasil pela 7Letras e com prefácios de vários poetas brasileiros

da poesia somos iniciados também a um tipo de linguagem da terra, da natureza: de todas as coisas ao nosso redor.

Embora a poesia não seja o meio mais apropriado para alguém se fazer entender, Ruy Belo mostra como ela é certamente uma ferramenta de acesso, se utilizando da memória como elemento de fixação, de contato, confluindo com o que Silvina Rodrigues diz em seu livro *Literatura, defesa do atrito*: “é na poesia, e a partir da poesia, que o pensamento encontra a memória”, esse grande exercício de recordação, de reconstrução narrativa, de imaginação. Logo, é assim que a poética de Ruy Belo nos acessa: ao dar voz às coisas ao nosso redor, uma voz que nos canta a

vida, *Uma voz canta, / alguém além mais longe chora / O ardo a árvore a casa se está, onde se entra e mora / Aqui o homem é... ou era mesmo agora*. Sua poesia permanece conosco porque se transforma em um elemento primordial e coletivo: nenhum poema (como a memória) exclusivamente nos pertence, pois nada que nos atravessa é único (ou até mesmo real), fazendo com que o compartilhamento poético ocorra por meio das imagens que reunimos e reconstruímos, juntos, no poema: *Nada na minha poesia é meu / juro por Deus dizer toda a verdade / Ponho a mão na cabeça o dia é escuro e vago e eu respiro / Espero pela manhã como quem nasce*.<sup>1</sup> E não esquecemos dos poemas de Ruy Belo porque, na verdade, eles nunca deixaram de estar por toda a parte – coube ao poeta apenas nos lembrar.

Por fim, poucos também se lembram, mas seus nove livros de poesia foram publicados aqui pela editora 7Letras, entre os anos de 2013 e 2014, num trabalho de agrupamento poético que recepcionou não só sua obra, mas também prefácios de diversos poetas brasileiros. Antes disso, havia apenas um único número da antiga revista *Inimigo Rumor* dedicado ao poeta, publicado em 2003. Quanto a sua obra crítica, só há uma única edição publicada em Portugal pela Assírio & Alvim – mas Ruy Belo está por toda a parte, nas minúcias, sendo revisitado constantemente pelos poetas. Por isso, me parece necessário dizer que conheci sua obra pela de Eugênio de Andrade, em um poema dedicado à morte do amigo: *Agrada-me que tudo assim fosse, e agora / que começaste a fazer corpo com a terra / a única evidência é crescer para o sol* – enquanto nós ficamos à sombra.

1. *Em cima de meus dias*, de *Boca bilíngue*, 1966.

# HUMOR, AVENTURA E HISTÓRIA EM LIVROS PARA ADULTOS E CRIANÇAS



**Assine**  
 Revista Continente  
 +  
 Suplemento Pernambuco  
**0800 081 1201**  
 e-mail: assinaturas@revistacontinente.com.br



## O INQUISIDOR

Ângelo Monteiro

Ângelo Monteiro, um dos expoentes da Geração 65, é lembrado como um "vulcão", tal é a efervescência e o calor que emanam de sua obra. Os poemas deste livro ganham figuras e formas através do pano de fundo do regime militar do Brasil, provando que a alcunha atribuída ao poeta faz todo o sentido.

R\$ 40,00



## OS FILHOS DO DESERTO COMBATEM NA SOLIDÃO

Lourenço Cazarré

Cazarré retorna à época da escravidão no Brasil para contá-la através de um menino, feito prisioneiro na África para ser vendido a homens brancos no país. Mas Kandimba torna-se protegido da poderosa Dona Joana, uma rica mestiça que, além de cuidar dele, vai apresentá-lo ao maravilhoso mundo da leitura.

R\$ 35,00



## MIRÓ ATÉ AGORA

Miró

Reúne livros de Miró, em que é possível enxergar o ritmo, a voz e seu gestual performático: *diz Crição, Quase crônico, Tu tás aonde?, Onde estará Norma?, Pra não dizer que não falei de flúor, Poemas para sentir tesão ou não, Quebra a direita, segue a esquerda e vai em frente, Flagrante delito, Ilusão de ética, São Paulo é fogo e Quem descobriu o azul anil?*

R\$ 25,00



## 1817 - AMOR E REVOLUÇÃO

Paulo Santos

HQ baseada no livro *A noiva da Revolução*, de Paulo Santos, com roteiro do autor e ilustrações de Pedro Zenival. Os fatos históricos são narrados pelo líder da Revolução Pernambucana, Domingos Martins, e sua esposa, a portuguesa Maria Teodora da Costa. O amor dos dois, que enfrentou preconceitos, acontece durante a primeira revolução republicana do Brasil.

R\$ 40,00



## CURSO DE ESCRITA DE ROMANCE NÍVEL 2

Álvaro Filho

Vencedor do IV Prêmio Pernambuco de Literatura, apresenta um escritor que se envolve na narrativa, mesclando ficção e realidade. Com elementos fantásticos e muita autoironia, o autor brinca com os clichês dos romances policiais *noir*, num jogo metanarrativo com a estrutura do gênero, pondo em discussão o processo de criação e os limites entre o real e o ficcional.

R\$ 30,00



## QUEM É ESSA MULHER? - A ALTERIDADE DO FEMININO NA OBRA MUSICAL DE CHICO BUARQUE DE HOLANDA

Alberto da Costa Lima

Um mergulho na obra de Chico Buarque, tido como o grande intérprete da alma feminina e uma das maiores expressões da MPB, que analisa a condição da mulher em suas músicas e identifica como o discurso ali presente a aborda como ser humano e social.

R\$ 20,00



## GORDOS, MAGROS E GUENZOS

José Almino de Alencar

Miscelânea composta de crônicas, reflexões literárias, pequenas narrativas, relatos históricos e memórias de José Almino. Como uma variação do brilho de sua obra poética, as crônicas parecem transitar entre poesia e prosa, sem que haja risco na mudança de gênero, com refinada sensibilidade aos tipos populares ou elitistas que permeiam sua imaginação.

R\$ 40,00



## JOSÉ PIMENTEL: ALÉM DAS PAIXÕES

Cleodon Coelho

Perfil do ator, diretor, escritor, poeta, professor e jornalista José Pimentel, memória viva do teatro pernambucano desde os anos 1950, quando novas concepções cênicas conquistaram o respeito do Brasil. Após integrar a *Paixão de Cristo de Nova Jerusalém* por mais de 20 anos, encenou a *Paixão de Cristo do Recife*, vista por mais de 2 milhões de espectadores.

R\$ 80,00



## OUTRO LUGAR

Luis S. Krausz

Vencedor do Prêmio Cepe Nacional de Literatura em 2016, o romance de Luis Sérgio Krausz inicia com uma viagem a Nova York, numa narrativa vertiginosa rumo ao desconhecido. O livro é construído através de palavras inacreditavelmente conscientes, torpes, profundas e friamente críticas ao homem, que buscam levar seu protagonista em uma viagem incerta.

R\$ 35,00



## MAESTRO FORMIGA: FREVO NA TEMPESTADE

Carlos Eduardo Amaral

Primeiro volume da coleção *Frevo Memória Viva*, o livro focaliza vida e obra de Ademir Araújo, o Maestro Formiga, compositor, instrumentista, arranjador, regente e pesquisador que, com espírito inovador, muito tem contribuído para a cultura musical do estado, o que lhe fez conquistar o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco.

R\$ 30,00



## O MASSACRE DA GRANJA SÃO BENTO

Luiz Felipe Campos

Livro-reportagem que tenta esclarecer um dos episódios de violência imposta aos militantes de oposição pela ditadura brasileira, quando seis componentes da Vanguarda Popular Revolucionária foram encontrados com sinais de execução sumária, entre eles a companheira do agente infiltrado Cabo Anselmo, que teria comandado a trama.

R\$ 30,00

**Cepe**  
 EDITORA

FAÇA SEU PEDIDO 0800 081 1201 [livros@cepe.com.br](mailto:livros@cepe.com.br)

## RESENHA



# “Sou teu tesouro, bebê de puro ouro”

Um olhar crítico sobre o lugar de Sylvia Plath no cânone literário a partir da reimpressão de *Ariel*, livro de poemas que a consagrou junto a críticos e leitores

Adelaide Ivánova

“Desde que morreu, [minha mãe] tem sido dissecada, analisada, reinterpretada, reinventada, ficcionalizada e, em alguns casos, completamente fabricada”, escreveu Frieda Hughes, filha de Sylvia Plath, no prefácio de *Ariel – edição restaurada e bilingue com os manuscritos originais*, relançado agora no Brasil pela Verus Editora, em tradução de Rodrigo Garcia Lopes e Maria Cristina Lenz de Macedo.

O que Frieda Hughes diz não é mentira. O suicídio de Plath (em 1963), mais do que sua obra, colocou-a no repertório dos debates feministas. O fato de ter sido *Ariel* o manuscrito que estava sobre a mesa quando de sua morte ajuda a criar um misticismo com ares de recado, tipo *vejam o que fizeram comigo*. Não acho que seja à toa, portanto, que a biografia dela cause mais fascínio do que seus livros que, no Brasil, são pouco publicados (o mesmo acontece com Anne Sexton, outra poeta confessional estadunidense, que se suicidou em 1974). Mas e a poesia dela, onde fica?

Minha relação com o texto de Plath é essa: li no fim da adolescência porque todo mundo dizia “tem que ler!”, e achava que precisava gostar, porque todo mundo dizia “tem que gostar!”. Em 2001, Plath preencheu um lugar importante no meu repertório e lá ficou (no meu livro *O martelo* ela está em dois poemas) menos pela identificação com sua escrita, e mais pela quase completa ausência de mulheres no cânone poético, que eu pudesse ler. Ainda que me atraíssem o *blues* suicida e as passagens de recibo pra Ted Hughes, seu marido abusador, as imagens que ela cria pareciam piegas (como pode alguém ter a audácia de escrever um verso tão ruim como *Pura e limpa como um choro de bebê?*). Não conseguia ver, ainda que entendesse o furor que isso causou nos anos 1960, onde estava a potência. Ok, os temas eram polêmicos (tem um poema que se chama *Talidomida*, que foda!), mas o método era antiquado: traçar paralelismos entre as imagens do mundo exterior (bucólicas) e as do mundo interior (infernais). Eu, fruto do amoníaco e de não sei que, brincadeira, eu, fruto do grunge dos anos 1990 e informada pelo feminismo socialista dos anos 1970 (tudo pós-Plath, *eu sei*), tinha dificuldade em aceitar, enquanto profeminista de 19 anos, por que o mero fato de falar sobre “coisas de mulher” faria do texto algo automaticamente feminista. Eu precisava de mais que isso. E imaginava, como ainda imagino, o que o *boom* do feminismo nos anos 1970, a criação de um início de genealogia de autoras mulheres e a ideia de sororidade teriam feito com Plath e sua escrita.

Ainda hoje não aceito o argumento de que Plath escrevia sobre coisas “novas” (dar de mamar, aborto, os pratos para lavar, o marido escroto). “Novas” para quem? Só se for pros boys que a alçaram ao cânone, porque né, escrevemos sobre isso há um tempão. Não foi Plath nem quem abordou a temática pela primeira vez – alô, Gwendolyn Brooks! – nem que revolucionou esteticamente a abordagem. Com sua linguagem solene, Plath escrevia como (e para, ousou dizer) os boys do cânone, que vieram antes dela e informavam seu

referencial: Dylan Thomas, Yeats, Auden e Blake. Ah, e Shakespeare, claro.

Mas falta de mulheres no cânone poético que possam informar outras poetisas mulheres não é culpa, nem um problema criado por Plath: é um problema nosso. A teórica australiana e ativista Lynne Segal, no seu livro *Making trouble: Life and politics*, diz: “[até fim dos anos 1960,] seja na política ou na cultura, ainda éramos forçadas a nos identificar com os boys. Não havia mulheres referência [...] Eu lia D. H. Lawrence, Jack Kerouac, Norman Mailer, J. D. Salinger [etc.] e me incomodava, ainda que eu não conseguisse articular isso, o fato de que em todos eles havia uma clara hostilidade contra as mulheres. Onde estavam as mulheres [da literatura]?” No livro, Segal fala da importância do acesso a *role models* para a criação de uma cultura polifônica e diversa, onde todos e todas sintam-se encorajados a falar.

Com os dizeres de Segal em mente, me pergunto quais estruturas possibilitaram que Plath fosse alçada ao cânone (e não Gwendolyn Brooks ou Lucille Clifton, pra citar só duas autoras contemporâneas e conterrâneas de Plath que eram muito, muito mais ousadas e inovadoras, tanto nos temas, quanto na forma). Me pergunto, com tristeza, se o acesso da poesia de Plath ao posto de “clássico da literatura” se deu pelo fato de que, sendo o cânone inventado e “administrado” por homens brancos, a poesia dela seja palatável *para* eles – já que sua obra se situa (estética e tematicamente) em universos que os homens brancos donos do cânone conseguem visualizar: o contexto pode até ser meio assustador, mas eles sabem o que é ter uma mulher ciumenta e com *daddy issues* em casa (#contémsarcasmo).

Precisamos questionar o cânone, inventar um que contemple os desejos temáticos e estéticos de mais gente, e não somente desses boys. Esse é, talvez, o motivo mais importante da reimpressão de *Ariel* por aqui. Mas aí vêm os problemas da reimpressão em si.

Sem atualização e revisão, o *Ariel* da Verus tem prefácio de Frieda Hughes, escrito em 2004, e texto de apresentação de Rodrigo Garcia Lopes, um dos tradutores. O texto da filha de Plath e Hughes tenta, inúmeras vezes, defender a reputação de seu pai (coisa que, aliás, ela tem todo direito de fazer), o que faz com que o texto seja relativamente inútil do ponto de vista histórico. Além disso, o texto de Garcia Lopes, escrito em 2007, soa empoeirado porque não se aproxima do Brasil atual. A reedição da Verus perde a oportunidade de pensar o lugar de *Ariel* no Brasil pós-Golpe, pós-primavera feminista, pós-*Um útero é do tamanho de um punho*, o incrível livro de Angélica Freitas. E isso não somente é uma decepção, como um descuido um tanto imperdoável, porque imagino que a decisão de reimprimir o livro se dá também por causa desses acontecimentos.

A parte boa: como na edição de 2007, a reimpressão de 2018 é a versão original deixada por Plath antes de morrer, e não a que foi mutilada por Ted Hughes e que circulou no mundo entre 1965 e 2004. Os manuscritos originais em inglês, que também estão no livro, possibilitam que nos aproximemos não somente do que Plath quis que *Ariel* fosse, mas também do processo de sua escrita, o que é maravilhoso.

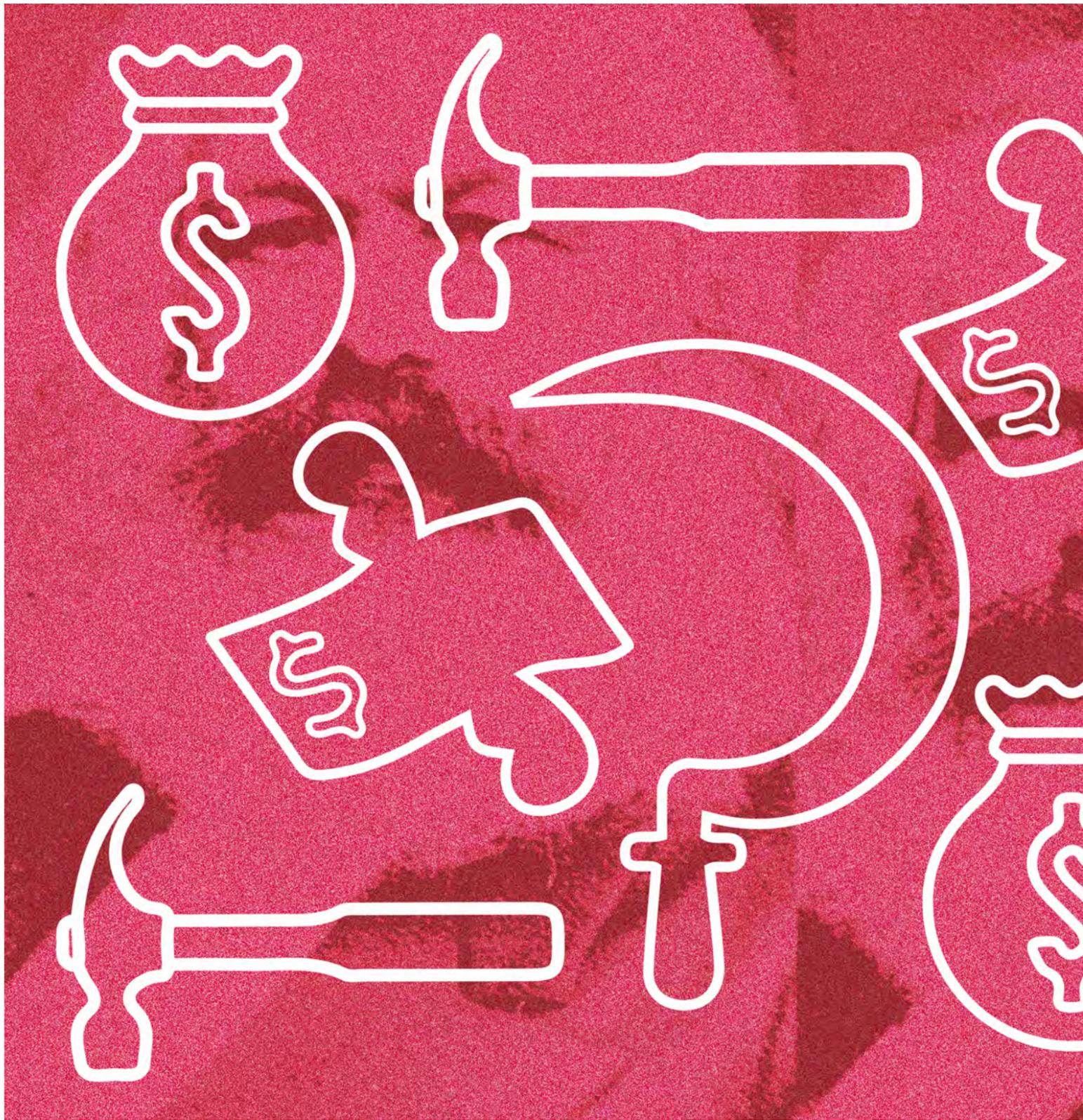
# INÉDITOS

## David Harvey

Tradução de Artur Renzo

### SOBRE O TEXTO

O trecho ao lado pertence ao livro *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*, de David Harvey. A obra será lançada neste mês pela Boitempo e se propõe a atualizar a obra de Karl Marx à luz das novas transformações da globalização capitalista no século XXI. O excerto é do prólogo da obra e as perguntas no seu final são as que motivaram a escrita do livro.



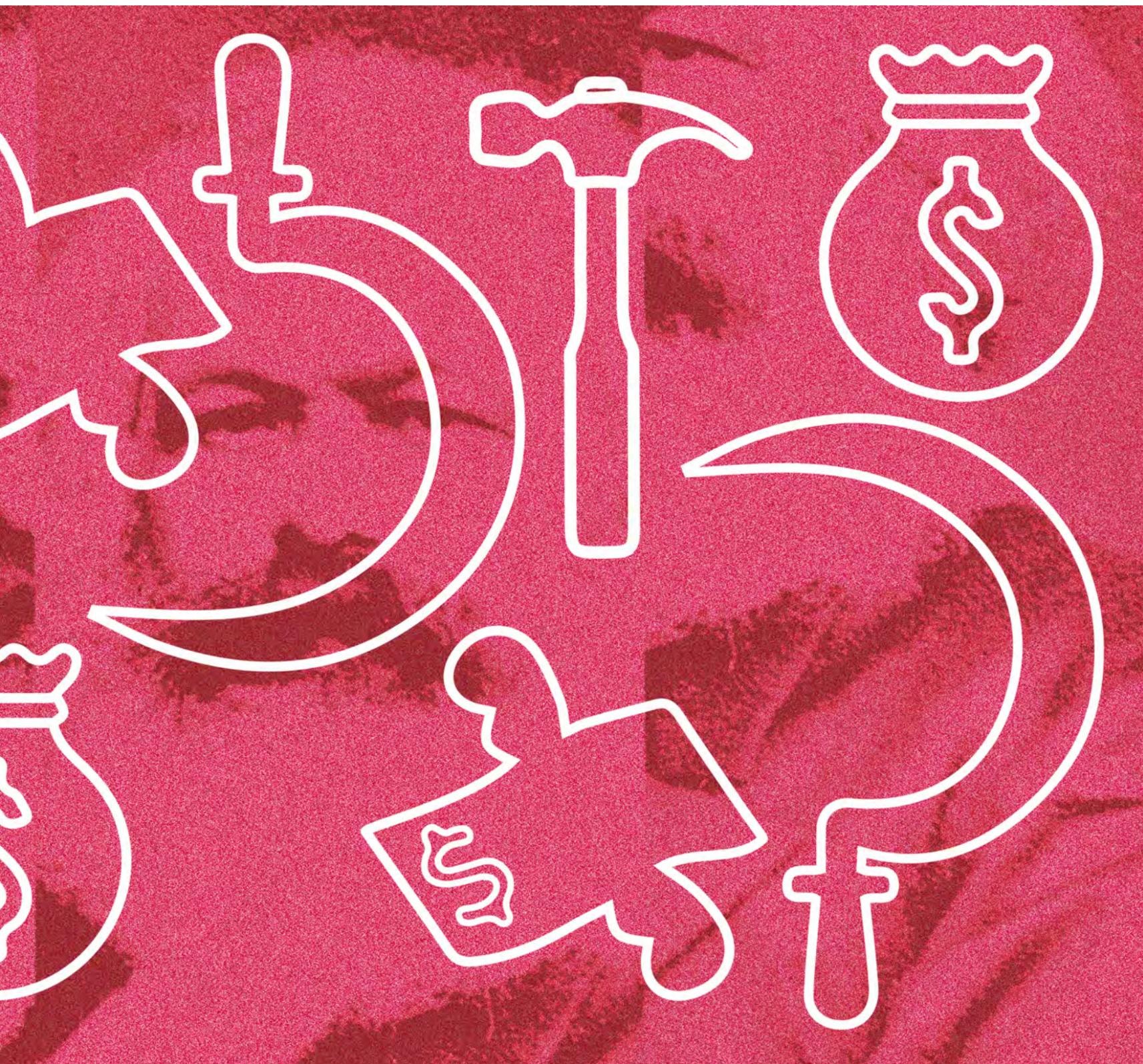
**Ao longo da vida**, Marx fez um esforço prodigioso para compreender como funciona o capital. Sua obsessão era tentar descobrir como aquilo que chamou de “as leis de movimento do capital” afetavam o cotidiano das pessoas comuns. Ele expôs de maneira implacável as condições de desigualdade e exploração enterradas no atoleiro das teorias autocongratulatorias apresentadas pelas classes dominantes. Estava particularmente interessado em descobrir por que o capitalismo parecia ser tão propenso a crises. Será que essas crises, como as que ele testemunhou em 1848 e 1857, se deviam a choques externos, como guerras, colheitas ruins e escassez natural, ou havia algo no modo de funcionamento do próprio capital que tornava inevitáveis tais abalos destrutivos? Até hoje essa questão atormenta as investigações econômicas. Dado o estado lamentável e a trajetória confusa do capitalismo global desde a crise de 2007-2008 – e seus impactos deletérios na vida de milhões de pessoas –, parece que este é um bom momento para rever o que Marx descobriu. Talvez encontremos *insights* úteis para nos ajudar a esclarecer a natureza dos problemas com os quais nos deparamos agora.

Infelizmente, não é tarefa fácil resumir as descobertas de Marx e acompanhar seus intrincados argumentos e suas detalhadas reconstruções. Em parte porque ele deixou sua obra incompleta. Apenas uma pequena fração dela veio à luz em uma forma que Marx considerou adequada para publicação. O resto é uma massa intrigante e volumosa de notas e rascunhos, comentários de autoesclarecimento, experiências mentais do tipo “e se funcionasse assim” e uma série de refutações a objeções e críticas reais e imaginadas. Na medida em que o próprio Marx se apoiou em grande parte em uma interrogação crítica sobre a forma como a economia política clássica (dominada por figuras como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, James Steuart, John

Stuart Mill, Jeremy Bentham e uma série de outros pensadores e pesquisadores) respondia a esse tipo de pergunta, a leitura que faremos de suas descobertas também requererá certo conhecimento de quem ele critica. O mesmo vale para a dependência de Marx em relação à filosofia clássica alemã no que diz respeito a seu método crítico, na qual domina a imponente figura de Hegel, amparado por Spinoza, Kant e uma série de pensadores que remonta aos gregos (a tese de doutorado de Marx é sobre os filósofos gregos Demócrito e Epicuro). Acrescente à mistura os pensadores socialistas franceses, como Saint-Simon, Fourier, Proudhon e Cabet, e a ampla tela sobre a qual Marx buscou construir sua obra se torna de uma clareza intimidante.

Além disso, Marx era um analista incansável, mais do que um pensador estático. Quanto mais aprendia com suas volumosas leituras (não apenas dos economistas políticos, antropólogos e filósofos mas da imprensa comercial e financeira, de debates parlamentares e relatórios oficiais), mais evoluíam suas visões (ou, diriam alguns, mais ele mudava de ideia). Foi um leitor voraz de literatura clássica – Shakespeare, Cervantes, Goethe, Balzac, Dante, Shelley e outros. Não apenas temperou seus escritos (sobretudo o Livro I de *O capital*, uma obra-prima literária) com referências ao pensamento desses escritores mas valorizou suas ideias sobre o funcionamento do mundo e inspirou-se em seus métodos e estilos de exposição. E, como se não bastasse, há a volumosa correspondência com companheiros de viagem em diversas línguas, além de conferências e discursos a sindicalistas ingleses ou comunicações para e sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores, criada em 1864 com suas aspirações pan-europeias para a classe trabalhadora. Marx foi um ativista e polemista, além de teórico, acadêmico e pensador de primeira linha. O mais próximo que chegou de uma renda estável foi como correspondente do *New York Tribune*, um

HANA LUZIA



dos jornais de maior circulação nos Estados Unidos na época. As colunas que escrevia tanto afirmavam suas visões particulares como traziam análises de eventos contemporâneos.

Em tempos recentes, houve uma enxurrada de estudos abrangentes sobre Marx em seu contexto pessoal, político, intelectual e econômico. As destacadas obras de Jonathan Sperber e Gareth Stedman Jones são valiosas, ao menos em alguns aspectos.<sup>1</sup> Infelizmente, também parecem querer enterrar o pensamento e a obra monumental de Marx com seu corpo no Cemitério de Highgate, como um produto datado e falho do pensamento do século XIX. Para eles, Marx foi uma figura histórica interessante, mas seu aparato conceitual tem pouca relevância teórica hoje, se é que a teve algum dia. Ambos esquecem que o objeto do estudo de Marx em *O capital* era o próprio capital, não a vida oitocentista (sobre a qual ele certamente tinha muitas opiniões). E o capital continua conosco, vivo e bem em alguns aspectos, mas evidentemente doente em outros, para não dizer em uma espiral de descontrole<sup>2</sup>, inebriado pelos próprios sucessos e excessos. Marx considerava o conceito de capital basilar para a economia moderna, assim como para a compreensão crítica da sociedade burguesa. Entretanto, é possível chegar ao fim da leitura dos livros de Stedman Jones e Sperber sem a mais remota ideia do que seja o conceito de capital de Marx e de como ele poderia ser aplicado nos dias de hoje. Na minha avaliação, as análises de Marx, embora evidentemente datadas em alguns aspectos, são mais relevantes hoje do que na época em que foram escritas. Aquilo que, nos tempos de Marx, era um sistema econômico dominante em apenas uma pequena parcela do mundo, hoje, recobre a superfície terrestre com implicações e resultados espantosos. Na época de Marx, a economia política era um terreno de debate muito mais aberto do que é agora. Desde então, um campo de estudos

## De que forma compreender o conceito de capital e suas supostas leis de movimento nos ajuda a lidar com os impasses atuais?

supostamente científico, altamente matematizado e movido a dados, chamado “ciência econômica”, atingiu um estatuto de ortodoxia, um corpo fechado de conhecimento supostamente racional – uma verdadeira ciência – ao qual ninguém tem acesso, exceto em negócios empresariais ou estatais. Esse campo é alimentado por uma crença cada vez maior nos poderes da capacidade computacional (que dobra a cada dois anos) de construir, dissecar e analisar enormes conjuntos de dados sobre quase tudo. Para alguns analistas influentes, patrocinados por grandes corporações, isso supostamente abre caminho para uma tecnoutopia de gestão racional (por exemplo, cidades inteligentes) governada pela inteligência artificial. Essa fantasia se baseia na suposição de que, se algo não pode ser mensurado e condensado em planilhas de dados, esse algo é irrelevante ou simplesmente inexistente. Não há dúvida de que grandes conjuntos de dados podem ser extremamen-

te úteis, mas eles não esgotam o terreno daquilo que precisa ser conhecido. E certamente não ajudam a resolver os problemas de alienação ou deterioração das relações sociais.

Os comentários prescientes de Marx sobre as leis de movimento do capital e suas contradições internas, suas irracionalidades fundamentais e subjacentes, são muito mais incisivos e penetrantes do que as teorias macroeconômicas unidimensionais da ciência econômica contemporânea, que se provaram insuficientes quando foram confrontadas com a crise de 2007-2009 e seu longo rescaldo. As análises de Marx, aliadas ao seu método distintivo de investigação e à sua forma de teorizar, têm um valor inestimável para os nossos esforços intelectuais de compreender o capitalismo de agora. Seus *insights* merecem ser reconhecidos e estudados criticamente, com a devida seriedade.

Como, então, devemos compreender o conceito marxiano de capital e suas supostas leis de movimento? De que forma isso nos ajudará a compreender nossos impasses atuais?

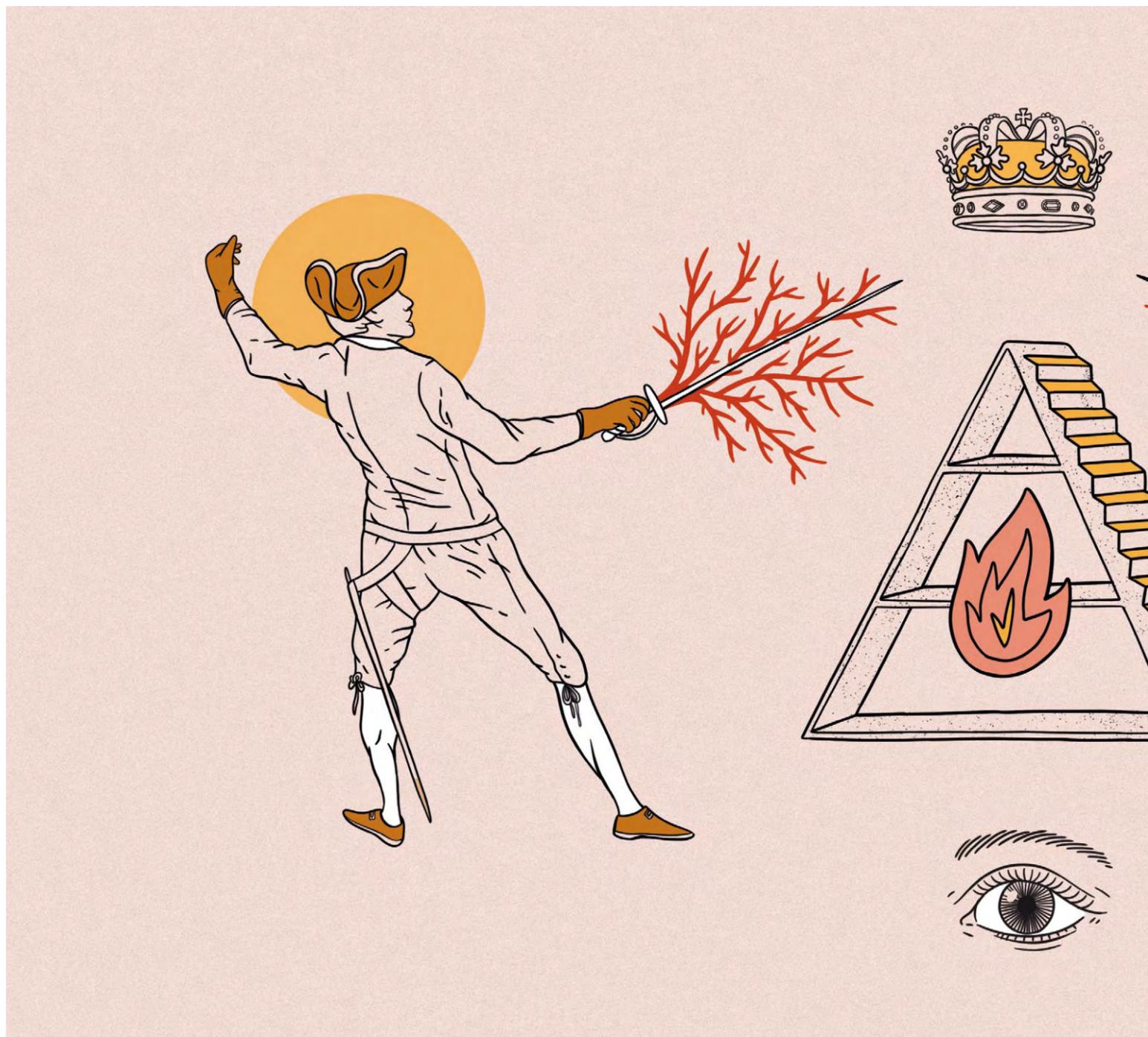
1. Jonathan Sperber, *Karl Marx: A nineteenth century life* (Nova York, Liveright, 2013) [ed. bras.: *Karl Marx: Uma vida do século XIX*, trad. Lúcia Helena de Seixas, Barueri, Amarilys, 2014]; Gareth Stedman Jones, *Karl Marx: Greatness and illusion* (Cambridge, Belknap, 2016) [ed. bras.: *Karl Marx: Grandeza e ilusão*, trad. Berilo Vargas, São Paulo, Companhia das Letras, 2017].

2. Harvey usa aqui a expressão de língua inglesa “*spiralling out of control*”, que pode ser traduzida, ao pé da letra, por “espiralando fora de controle”. A escolha da expressão para descrever o caráter descontrolado do capital é relevante, pois ecoa o movimento espiralado do processo de acumulação exponencial infundável do capital, o qual constitui um dos argumentos que atravessam o livro e que hoje se encontra em um patamar historicamente sem precedentes. (Nota do tradutor.)

**SOBRE O TEXTO**

O excerto pertence ao livro *A violência das letras: Amizade e inimizade na literatura brasileira* (EdUERJ), que será lançado neste mês. O trecho pertence à seção “Literatura francesa e a Rua do Ouvidor”, do primeiro capítulo do livro. Interessou-nos o apanhado histórico feito por Braga-Pinto por tocar em uma nuance importante para compreensão das masculinidades no Ocidente: a honra. O título que consta foi atribuído pelos editores do **Pernambuco**.

MARIA JÚLIA MOREIRA



## Uma história da honra

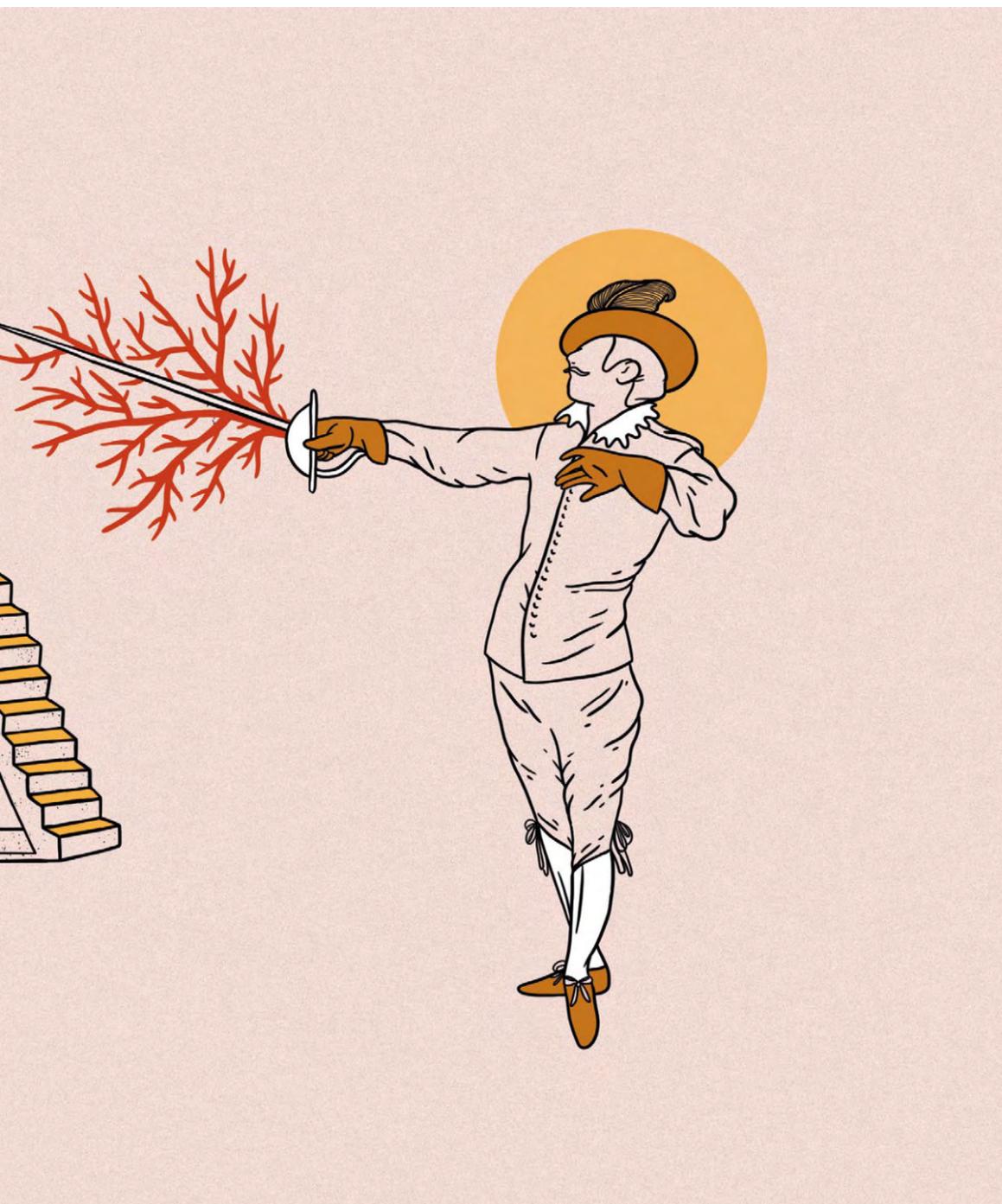
**Relativo a contextos** pré-modernos e europeus, o conceito de honra tem sido definido entre os historiadores como essencialmente hierárquico, ou seja, como um ideal ou sentimento exclusivo de indivíduos pertencentes a um grupo específico e privilegiado. Norman Hampson explica sucinatamente como, segundo Montesquieu, durante o *Ancien Régime* o “sentido de honra sobre o qual se apoiavam as monarquias era um sentimento natural de indivíduos das classes altas, confirmado pela educação, que os impelia a procurar *status* para si mesmos e suas famílias, ou a reafirmar o *status* de que já desfrutavam dentro de uma sociedade hierárquica”. Fundada menos em qualquer sentido de responsabilidade, cidadania, altruísmo ou patriotismo (entendido como subordinação ao Estado-nação ou à vontade geral), a honra se caracterizava por autonomia, interesse pessoal e serviço voluntário ao rei. Assim, explica Hampson, “homens de honra formavam parte de uma sociedade internacional, tão vasta como o mundo civilizado, e que viviam sob as mesmas regras” (Hampson, 1973, p. 203, tradução nossa).

Ainda no século XIX, a *honra* continuaria a representar uma forma valorativa e hierarquizante que classificava os indivíduos socialmente – segundo a sua conduta e em relação a um tipo ideal – entre, de um lado, aqueles que são dotados e, de outro, aqueles que são desprovidos de honra (Peristiany, 1966). Ao mesmo tempo, segundo a definição do antropólogo Julian Pitt-Rivers, a honra se define conforme “o valor de uma pessoa aos próprios olhos, mas também aos olhos de sua sociedade” (Peristiany, 1966, p. 21, tradução nossa). Assim, a honra é sempre uma condição instável e, mesmo quando herdada ou determinada pela posição social, deve ser reafirmada e conquistada segundo o poder regulador da opinião pública. Portanto, pode-se dizer que a honra tem aspecto performativo, em que os ideais de um grupo devem ser reatualizados e reproduzidos em atos ou condutas individuais, de modo que se valide ou se reconheça

o direito (ou seja, o mérito) que alguém se atribui de se dizer honrado. [...]

Na Europa, com a ascendência dos valores republicanos, a virtude, a cidadania, a igualdade e o patriotismo passam a ocupar o lugar de antigas concepções de honra. Distinções sociais começam a ser entendidas como o resultado do mérito pessoal, da dignidade, da coragem, da probidade ou dos princípios – em vez de estirpe, *status*, privilégio ou convenção. No entanto, alguns códigos de honra e precedência social antigos seriam apropriados e, com frequência, confundidos com valores burgueses modernos. Assim, a noção de honra individual não deixará de ter também um caráter moderno e competitivo, em que as rivalidades contam tanto quanto as alianças. Ou seja, essa noção deriva do poder de um homem sobre outros homens em sua qualidade de homem de honra. Ao mesmo tempo, não deixa de ser algo que se sente e se demonstra, mas que também precisa ser confirmado pela opinião pública, que participa da construção ou da destruição de reputações. [...]

No caso de uma sociedade de herança colonial e altamente estratificada, como era a brasileira até o último quartel do século XIX, o fundamento para as distinções reivindicadas pela elite política e econômica (em especial, a classe senhorial) era, pelo menos aos olhos desta, autoevidentes. A desigualdade baseada na raça era naturalizada, enquanto outras reivindicações de distinção social (propriedade, parentesco, linhagem, títulos, educação, abstinência do trabalho manual etc.) excluíam boa parte da sociedade, considerada desprovida de honra. Mas, a partir da década de 1870, a nação independente se confrontou com transformações profundas – que incluíram secularização da imprensa, profissionalização das forças armadas, imigração majoritariamente europeia, crescimento significativo da classe média urbana, assim como emergência dos movimentos abolicionistas e do republicanismo. Enquanto em outras regiões da América Latina pós-independência parece ter ha-



## Os três mosqueteiros, publicado no país em 1885, foi o maior responsável por restabelecer o prestígio do duelo

de vários outros acontecimentos: uma população crescente de ex-escravos na capital da nação e suas reivindicações de cidadania, a popularização dos ideais liberais e republicanos, a crescente democratização da imprensa, a relevância da assim chamada opinião pública e a relativa independência dos partidos políticos. A imprensa e, logo, a opinião pública ocuparam um espaço novo, que estava para além do controle do governo monárquico e da aristocracia rural; foi aí que os intelectuais e os jornalistas em particular encenaram suas aspirações e ansiedades, construindo novas identidades que os distinguíssem tanto da velha aristocracia como das pessoas comuns. Foi nesse espaço de disputas que os jornalistas cariocas começaram a se imaginar como os novos cavalheiros e a fazer da honra um sinal de distinção.

No momento de sua introdução no Brasil, o duelo foi recebido, de forma geral, como nada mais do que uma importação europeia, frequentemente comparada à estima excessiva da elite brasileira pela cultura francesa. Já no início da década de 1840, os jornais brasileiros noticiavam duelos na Europa e nos Estados Unidos. E, na segunda metade do século XIX, antes de qualquer matéria noticiar os desafios locais, a imprensa dava extensa cobertura aos duelos europeus. Em 1877, noticiava-se um duelo que acontecera em Portugal entre Gonçalves Crespo e um jornalista espanhol d’*A Nação*. Houve também notícias de duelos na América Hispânica, particularmente na Argentina; a maioria envolvia membros das forças militares, embora políticos e jornalistas também fossem mencionados. Nenhum desses casos, no entanto, recebeu tanta atenção da imprensa quanto os espetaculares duelos que se deram na França, tal como a altamente discutida batalha entre o ministro da guerra Charles T. Floquet (1828-96) e o general Georges Boulanger (1837-91), em 13 de julho de 1888. O interesse da elite brasileira pelos duelos foi alimentado, em parte, pelo consumo de romances e peças de teatro franceses.<sup>1</sup>

Na década de 1880, muitas novelas francesas em que figuravam desafios à honra, incluindo *Les Amours de Province* (1884), de Xavier de Montepin (1823-1902), e *L’Immortel* (1888), de Alphonse Daudet (1840-97), foram rapidamente traduzidas e publicadas no Brasil em forma de folhetins. As peças populares e amplamente divulgadas de Alexandre Dumas (filho), como *Le Demi-Monde* (1855) e *Denise* (1885), que foram encenadas no Rio de Janeiro em setembro de 1884 e maio de 1885, respectivamente, também representavam conflitos envolvendo cenas de duelo. Mas a altamente popular obra de Alexandre Dumas (pai) *Les Trois Mousquetaires*, originalmente publicada em 1844 e serializada na *Gazeta de Notícias* a partir de novembro de 1885, fez mais do que qualquer outro romance para estabelecer o prestígio do duelo no Brasil.

### Referências

GUILLET, François. *La mort en face: Histoire du duel de la révolution à nos jours*. Paris: Aubier, 2008.

HAMPSON, Norman. “The French Revolution and the Nationalization of Honour”. In FOOT, M. R. D. *War and society: Historical essays in honour and memory of J.R. Western 1928-1971*. S.l.: Barnes and Noble Books: 1973, pp. 199-212.

PERISTIANY, Jean G. (org.). *Honour and shame: The values of mediterranean society*. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

### Notas

1. Guillet (2008, p. 57) destaca que, enquanto, até o século XIX, os duelos foram frequentemente tema de obras literárias, mais tarde é a literatura que serve de inspiração a eles.

vido relativa dissociação entre honra e as antigas marcas de hierarquia social, no Brasil foi apenas com o gradual declínio da escravidão e o enfraquecimento do apoio ao regime monárquico que noções modernas de honra se tornaram preocupação entre as camadas médias da sociedade. Desde então, pelo menos em tese, reivindicações de precedência social se tornaram cada vez mais dissociadas de propriedade e estirpe (mas não necessariamente de raça), e a classe emergente começou a competir entre si por novas formas de distinção social.

Da mesma forma, as ocasionais ocorrências, assim como os debates em torno do duelo no Brasil, ainda partilhavam de muitas das características do modelo original francês, mesmo não havendo uma verdadeira tradição desses rituais. Historiadores têm notado que, depois de 1870, os franceses testemunharam o renascimento do duelo, mas agora de uma forma menos violenta e mais ritualizada que sua versão aristocrática. Em seu trabalho mais recente, François Guillet (2008) explica como o duelo, no final do século XIX francês, atraiu a maioria dos jornalistas e políticos que estavam ocupados com o restabelecimento do que o autor chama de “*capital d’honneur*”, ou seja, um valor sempre suscetível aos efeitos da opinião pública e, especificamente, da difamação (Guillet, 2008, p. 18).

Amplamente associado à crescente democratização da imprensa, na maioria das vezes o duelo era visto como um mecanismo de restauração da honra de ambos os combatentes e, além disso, como um meio de evitar a escalada de proporção do conflito verbal ou físico. Tinha, portanto, uma função civilizatória que não apenas demonstrava, como também exercitava o “sangue-frio” (*sang froid*) e a “etiqueta” (*savoir vivre*) dos combatentes. De fato, o conhecimento das regras do duelo se tornara um sinal de reconhecimento e refinamento social, e era mais importante desafiar o oponente para um duelo do que propriamente combater no campo de honra. Ao se tornar cada vez mais ritualizado, e à medida que o risco de morte ia ficando cada vez menor, o duelo começou a operar como uma espécie de rito de civilidade, em um processo envolvendo o que Guillet (2008) chama de “eufemização da violência” (p. 81). Assim, uma parte da burguesia se apropriou de um ritual que pertencia à aristocrá-

cracia e o reinventou, a fim de convertê-lo em seu próprio instrumento de distinção social (Guillet, p. 208). Tais ritos de sociabilidade masculina, que caracterizam a nova classe dominante, expressam o desejo de prestígio por parte de seus membros e, logo, a preocupação com a própria reputação.

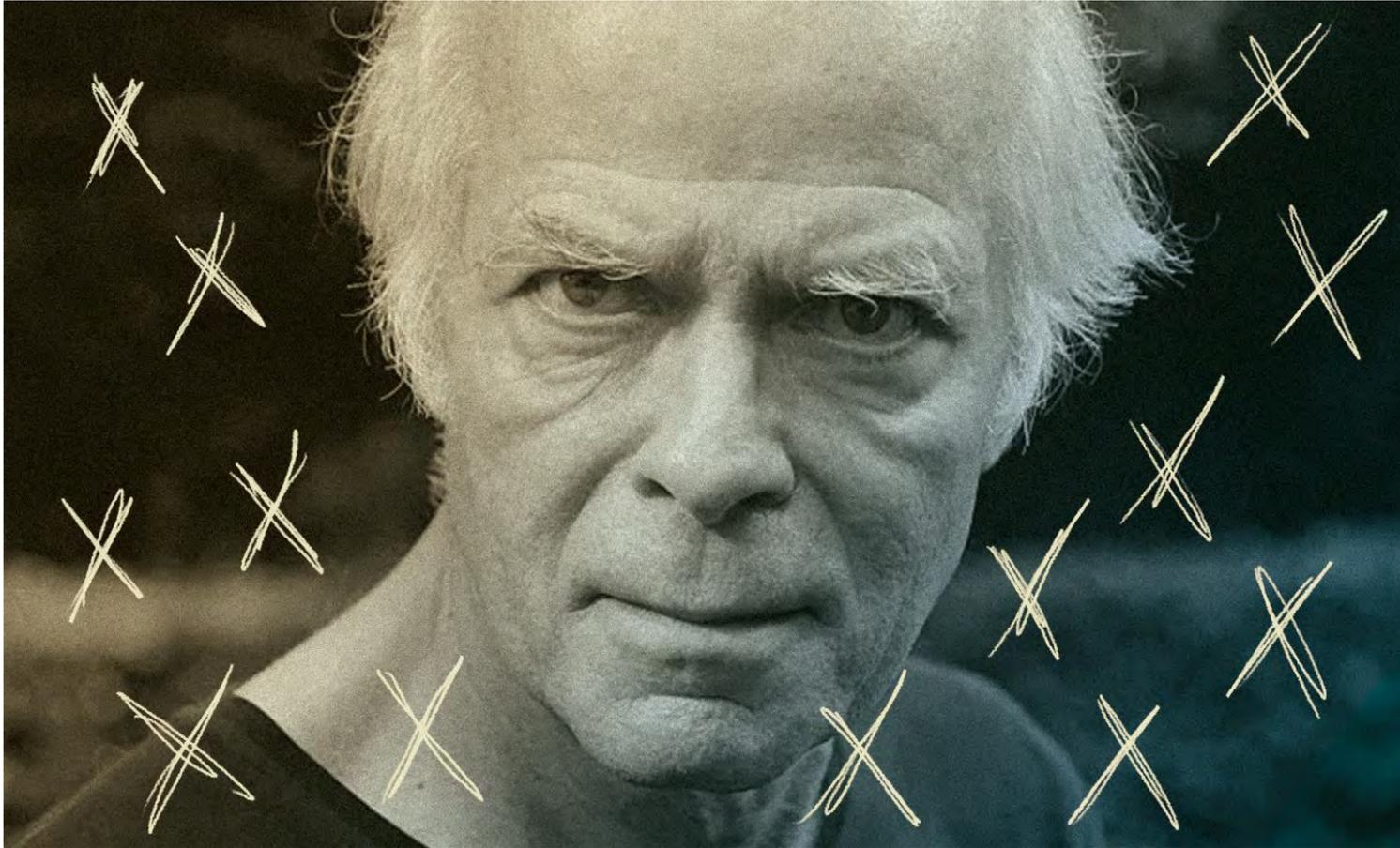
Em resumo, o duelo se transforma em um instrumento de civilização que serve para distinguir aqueles que reivindicam uma educação refinada, do populacho, caracterizado pela força bruta, pelo combate desregrado ou pela falta de maneiras, tanto na linguagem como nas ações: “Recorrer às mãos nuas evocava um estado animalesco do qual o homem das massas nunca está distante, exatamente como o inimigo inglês” (Guillet, p. 218, tradução nossa). [...]

Trazido relativamente tarde para o Brasil, o duelo nunca conseguiu atingir o mesmo patamar de prestígio e moda que teve na Europa e nos Estados Unidos, ou mesmo em certas regiões da América Hispânica. Entretanto, alcançou características distintas, específicas ao contexto brasileiro, e mobilizou a atenção da imprensa e, sobretudo, dos legisladores. Foi somente no final da década de 1880 que os jornais e a elite intelectual que circulavam pela Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, começaram a debater o problema de reparação da honra; mas, na virada do século, o duelo estava já um tanto fora de moda, pelo menos ao que consta nas páginas dos jornais. Entretanto, tal como na França e em outras nações, o duelo no Brasil desempenhou importante papel, já que sublinhava a diferença entre as leis modernas, impessoais, e os modos mais tradicionais de resolução de conflitos, característicos tanto das classes desprivilegiadas como da aristocracia rural. Além disso, ele entrou no crescente debate relacionado à identidade nacional e ao futuro da nação brasileira.

A abolição da escravatura (1888) e a proclamação da República (1889) geraram inúmeras mudanças e tensões na vida social, política e cultural, com implicações significativas para a elite letrada no processo de definição do papel que esta se atribuía. Embora preocupada em erigir uma nação moderna (ou *civilizada*), esses homens letrados se esforçavam para encontrar seu espaço em meio à evolução

# RESENHAS

ARTE SOBRE REPRODUÇÃO



## Lançar segredos para atravessar o que não é dito

Em livro, Pascal Quignard usa textos de gêneros diversos para discutir linguagem e silêncio

Priscilla Campos

Na última proposição de seu *Tratado Lógico Filosófico*, Ludwig Wittgenstein afirma: “Acerca daquilo que não se pode falar, tem que se ficar em silêncio”. Para Wittgenstein, na primeira parte de seus estudos, presentes no *Tratado*, a linguagem está ligada às figurações do mundo e, dessa maneira, junto ao pensamento, faz parte de nossas vidas íntimas. Assim, o silêncio aparece como um tipo de restaurador da linguagem: depois que passamos dele, podemos, então, restabelecer a língua. Existe um tipo de respeito e alerta ao que falta, na linguagem, em toda sua obra. A palavra que não engasga, o silêncio que acaba por denunciá-la. Essa relação entre o silêncio e a linguagem aparece como uma das chaves de leitura na obra do francês Pascal Quignard, em especial, *o nome na ponta da língua*, lançado, recentemente, pela editora Chão da Feira.

Quignard, autor de ensaios, romances e poesias, estudou Filosofia na Universidade de Nanterre. Ao longo do livro, dividido em duas partes – *o nome na ponta da língua* e *o enigma* seguido de comentário sobre três versos de *Donne* – percebe-se, como temática, aproximações entre literatura, questões filosóficas e psicanalíticas. O escritor busca limiares não só em termos de desenvolvimento dos temas, mas também no resultado de seus escritos, na estrutura e no trabalho com a linguagem. Desse modo, o próprio texto de *o nome na ponta da língua*

é mantido por meio de lacunas, espaços cuja identificação é movediça, fincado entre gêneros – como o ensaio, o conto e o fragmento – e um tipo de narrativa poética-filosófica, como no trecho: “A mão que escreve é antes uma mão que vasculha a linguagem que falta, que tateia em direção à linguagem sobrevivente, que se crispa, que se exaspera e que a ponta dos dedos por ela mendiga.”

No início, Quignard anuncia a escrita de um conto, com título homônimo ao livro, que remonta às narrativas lendárias: a bordadeira Coulbournne apaixonada – se pelo jovem alfaiate Jeûne e, para casar-se com ele, faz um pacto com o Senhor Heidebic de Hel. Em troca de uma preciosa cinta, utilizada como objeto de conquista do amor de Jeûne, ela precisa lembrar, em um ano, o nome do Senhor. Caso não consiga, será levada para o seu castelo e separada, para sempre, do homem que ama. Coulbournne esquece do nome, e sua vida vira uma eterna busca dolorosa pela palavra. Quando define nesse esquecimento, a personagem teme, em certo grau, pela morte: tanto do amor quanto sua, como sujeito desejante. O erro da linguagem, nesse aspecto, pode levar ao fim fatal que se catalisa pelo defeito da memória.

Escreve o francês: “Resumi um conto em que a falha da linguagem estava na origem da ação. Esse tema parecia-me, mais do que qualquer outra lenda, destinado à música. Os

músicos, como as crianças, como os escritores, são habitantes dessa falha. As crianças, durante pelo menos sete anos, habitam essa falha, que a própria palavra infância indica. Os músicos procuram libertar-se dela pelo canto. Os escritores aí se fixam para sempre no espanto.” Assim, no silêncio está o lugar do temor e, ao mesmo tempo, o lugar que empurra ou fixa o sujeito no espaço. Para Quignard, a escrita é o lugar onde foi possível estabelecer a quebra dessa mudez, ultrapassar o silêncio – como afirmou Wittgenstein – e permanecer no espanto.

Após o conto, vem o subtópico *pequeno tratado de medusa*, uma espécie de diário autobiográfico, narrativa de acontecimentos ligados à infância do escritor, no qual ele fala, em primeira pessoa, por exemplo, dos períodos em que esteve calado durante a sua vida: “Perdi duas vezes a linguagem. Aos dezoito meses me calei. Comia no escuro, sobre uma mesa azul de treliça, de que me lembro melhor do que de mim mesmo. Ela se dobrava. Era a minha mesa de silêncio”. E, mais à frente: “Fui novamente obrigado a me calar aos dezesseis anos. Calo o porquê. Esse conto que chamo *o nome na ponta da língua* é o meu segredo”. Dessa forma, Quignard expõe na escrita o seu  *sintoma*, transformando-o, enfim, em *sinthoma* – como definiu Jacques Lacan, em seus escritos sobre James Joyce, no *Seminário*, livro 23. O  *sintoma*, para

a psicanálise, é o mais íntimo gozo do sujeito, algo bastante precioso e, ao mesmo tempo, com alta carga de sofrimento. No momento em que o  *sintoma* é, de alguma maneira, elaborado e arramado, como acontece na escrita, ele se transforma em *sinthoma*.

A temática da linguagem e do silêncio está justaposta à psicanálise nos textos de *o nome na ponta da língua*. O autor faz referência direta a Sigmund Freud quando afirma que “toda fala é sempre incompleta”, uma premissa da falta que explode no *não-dito*. Entre a proximidade com pensamentos de Wittgenstein e os comentários psicanalíticos, a escrita de Quignard lembra as propostas feitas por Héctor Libertella (1945 – 2006), escritor argentino que se manteve, como o francês, nos limiares da tríade literatura, filosofia e psicanálise. Libertella procurou explorar, em sua obra, a estrutura do fragmento, um tipo de texto no qual certa característica errante faz com que essas reflexões interdisciplinares, livres de um jogo argumentativo contínuo (como acontece no ensaio, por exemplo), sejam organizadas.

Na última parte do livro, nos comentários sobre os versos de *Donne* – *Quando um homem morre um capítulo/ não é arrancado do livro mas/ traduzido numa linguagem “outra”* – Quignard adota uma espécie de texto fragmentário, já vista em outras etapas do livro, e intitula os trechos de “Metamorfose”. Assim, *o nome na ponta da língua* termina com enxertos sobre nascimento, maternidade, língua, morte e a afirmação da arte – sonho, pensamento, meditação, literatura – como mensagens enigmáticas que nos tocam e nos direcionam a cruzar, destemidos, o silêncio.

o nome na  
ponta  
da língua

pascal  
quignard

### MISCELÂNEA

*o nome da ponta da língua*

Autor – Pascal Quignard

Editora – Chão da Feira

Páginas – 128

Preço – R\$ 40

## Para pensar projetos democráticos

Djamila Ribeiro é uma intelectual que, de forma instigante, vem abrindo e ocupando os espaços na produção e difusão de conhecimento sobre o feminismo negro. Seus textos são dotados de firmeza, consistência e aplicabilidade no cotidiano, e isso os torna particularmente potentes ante a miríade de informação com a qual nos deparamos hoje. Ela se coloca ao lado de outras intelectuais negras brasileiras que inseriram ou vêm inserindo ideias e ações práticas relevantes para repensarmos o projeto civilizatório do Brasil. As produções delas ecoam umas nas outras: Petronilha Gonçalves e Silva, Jurema Werneck, Núbia Moreira, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez (1935-1994), Juliana Borges e Giovana Xavier são alguns desses nomes – isso para ficar nas que produzem obras de não-ficção.

*Quem tem medo do feminismo negro?*, livro mais recente de Djamila, é uma compilação de artigos já publicados na revista *Carta Capital*, a

exceção do último texto, escrito em conjunto com a arquiteta e escritora Stephanie Ribeiro, e do primeiro, um ensaio autobiográfico em que resgata várias opressões que sofreu ao longo da vida e as revoluções que ocorreram para ela quando entrou em contato com a produção de ficcionistas e pensadoras negras.

Partindo da perspectiva de que a mulher negra é o Outro da nossa sociedade – por ser o oposto do hegemônico homem branco em termos de gênero e pele –, Djamila cartografa o lugar de quem sempre foi oprimido ao dividir conosco suas histórias. Partindo da materialidade da própria pele, nos mostra didaticamente como pensar o feminismo negro é pensar projetos democráticos. Pensar o ser mulher negra e as questões nisso implicadas é repensar o marco civilizatório da nossa sociedade. Isso ecoa a famosa frase de Angela Davis:

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, uma fala que alude ao fato de a sociedade ter se constituído a partir da subalternização desse Outro que agora deseja e age para sair desse lugar. Por isso, o livro é instigante – nos faz repensar nossas posturas e ideias diante desse sujeito que não deseja ser mais um objeto.

Os artigos abordam os mais diversos temas: críticas infundadas a Serena Williams, o humor nocivo contra os oprimidos, a fetichização da pobreza, o infeliz caso em que Eduardo Paes, ex-prefeito do Rio de Janeiro, se sentiu livre para humilhar uma mulher negra. Se os casos hoje estão esquecidos ou soam antigos, seus motivadores são estruturas sociais, são o racismo e a misoginia presentes no nosso dia a dia. Por isso, os textos não perderam sua atualidade. Pelo contrário: ao relê-los, somos convidados a fazer um resgate

histórico de nossos posicionamentos pessoais diante dessas situações e de outras parecidas.

Ao ocupar com consistência lugares tradicionalmente ocupados por gente branca – como a grande mídia e as grandes editoras (no caso, a Companhia das Letras) –, Djamila Ribeiro consegue difundir ideias importantes e não se permite ser apenas um “produto” para as instâncias de poder citadas. (Igor Gomes)



### ARTIGOS

*Quem tem medo do feminismo negro?*

Autora – Djamila Ribeiro

Editora – Companhia das Letras

Páginas – 152

Preço – R\$ 29,90

## Das repúblicas

Ler o livro mais recente da historiadora Heloísa Starling (UFMG), *Ser republicano no Brasil Colônia*, é experimentar uma sensação de desconforto em relação à nação. “República” é um termo que sofreu diversas mudanças de sentido ao longo da nossa história, sempre sob influência das oscilações em torno das movimentações ocorridas na Europa. Os sentidos vão de um conjunto de funções camarárias no século XVI até o ideal de liberdade dos séculos XVIII e XIX pautado por movimentos como as conjurações baiana e mineira, além da Revolução Pernambucana de 1817. O cabedal de sentidos lançado por esses movimentos se perdeu no século XIX com as crises do Império – por isso o subtítulo “a História de uma tradição esquecida”. Mas pode-se lê-lo sob outra ótica: o esquecimento que experimentamos hoje, no presente. Não se trata de novidade, ele chega a nós de forma particularmente

incômoda logo no início do livro, ao nos depararmos com as inquietações do Frei Vicente do Salvador que, há 400 anos, se perguntava como pôr em prática a ideia de zelo pelo bem comum. Nada mais atual. Ao fim do livro, sente-se o peso da estrutura colonial no presente e de como é urgente que nos reapropriemos da nossa História para que possamos mudá-la. (I.G.)



### HISTÓRIA

*Ser republicano no Brasil Colônia*

Autora – Heloísa M. Starling

Editora – Companhia das Letras

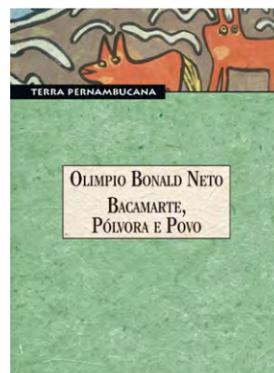
Páginas – 376

Preço – R\$ 69,90

## Papel e pólvora

*Segure a arma, o bacamarte é esta arte / De saber fazer um tiro / De ilusão e tradição*, diz a música de Luiz Gonzaga, e a volta ao mercado de *Bacamarte, pólvora, povo*, de Olímpio Bonald Neto, nos permite conhecer mais dessa tradição brincante. O bacamarte é uma arma de origem francesa largamente usada na Guerra do Paraguai (1864-1870). Popularizou-se no imaginário nordestino a partir disso e hoje é uma das marcas registradas da cultura da região. Não se trata de um tiro verdadeiro, mas um estouro (ou pipoco, como se diz aqui em Pernambuco) de pólvora e papel – não é, portanto, a arma em si, mas uma representação dela. O texto de Bonald Neto, fruto de uma pesquisa desenvolvida nos anos 1960 na Fundação Joaquim Nabuco, é tido como referencial para o entendimento dessa tradição por explicar nuances da brincadeira

e de sua história: desde o manuseio da pólvora e os tipos de armas até o reconhecimento pelo Exército Brasileiro de seu uso como elemento do folclore. O livro traz um texto de 1997, de Roberto Benjamin, no qual advoga a importância dos bacamarteiros em meio às discussões sobre o porte de armas de fogo – o que ajudou a criar uma ressalva na legislação para garantir a brincadeira. (I.G.)



### HISTÓRIA

*Bacamarte, pólvora, povo*

Autor – Olímpio Bonald Neto

Editora – Cepe

Páginas – 146

Preço – R\$ 15

## PRATELEIRA

### ÚRSULA

Considerado o primeiro romance de autoria negra e feminina no Brasil, *Úrsula* (1859) é protagonizado por um casal de pessoas brancas. O que importa é a forma como Maria Firmina dos Reis (1825-1917) criou as personagens negras: são críticas, encarnam as tristezas, opressões e esperanças dos povos escravizados. É uma das obras mais importantes da literatura brasileira. A presente edição vem com três ensaios críticos sobre o livro.



Autora – Maria Firmina dos Reis

Editora – Zouk

Páginas – 288

Preço: R\$ 35

### QUARTETO MÁGICO

Organizado pelo crítico Miguel Conde, o livro reúne quatro autores ditos “estranhos”: J. J. Veiga (1915-1999), Campos de Carvalho (1916-1998), Víctor Giudice (1934-1997) e Murilo Rubião (1917-1991). A distância do realismo faz com que muitos leiam suas obras como “surrealistas” – o que é um equívoco, pois nestas linhas próximas do absurdo, do bizarro e do disparate, os quatro revelam muito do humano e também do social de seu tempo.



Autor: Miguel Conde (org.)

Editora: Autêntica

Páginas: 176

Preço: R\$ 44,90

### UM BURACO COM MEU NOME

O primeiro livro de poesias da escritora e cordelista Jarid Arraes (autora de *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*) se detém naqueles que não encontram um lugar afetivo para si. Dividido em quatro partes, é um livro com tom político, que parte das memórias da autora no Sertão do Cariri – onde travou desde cedo contato com o machismo e com a intolerância, mas também com as potências e belezas do cordel.



Autora: Jarid Arraes

Editora: Ferina

Páginas: 160

Preço: R\$ 39

### O CORTIÇO

Um clássico da literatura brasileira agora publicado em atraente capa feita por Marcelo D'Salete (criador da HQ *Angola Janga*) com posfácio de Regina Dalcastagnè (UnB), uma das pesquisadoras de literatura mais relevantes do país. Para ela, o livro pode ser lido como um gesto de empatia pelo outro e de insubmissão de classe. A obra é centrada em várias histórias surgidas a partir de um cortiço, nas quais saltam as dinâmicas sociais da época.



Autor: Aluísio Azevedo

Editora: Todavia

Páginas: 304

Preço: R\$ 39,90

# RESENHAS

HANA LUZIA



## Há um vaga-lume brilhando diante dos nossos olhos

Sobre *A acusação*, reunião de contos que denunciam a ditadura da Coreia do Norte

Igor Gomes

São narrativas que gritam como se estivessem engasgadas *com um coágulo de sangue* que compõem os “saberes vaga-lumes”. São narrativas que, diante da glória ostentada por regimes ditatoriais em suas demonstrações grandiosas de poder, brilham e apagam com fragilidade – mas estão vivos, falam das opressões às quais são submetidos e conseguem se fazer ouvir para o resto do mundo, ainda que isso possa demorar anos. São os precários pirlâmpos contra os holofotes da glória que conseguem manter “o desejo como o indestrutível por excelência”, segundo Georges Didi-Huberman.<sup>1</sup> É o primeiro olhar que me chega ao ler *A acusação*, coletânea de contos que denunciam as incoerências e abusos da ditadura que governa a Coreia do Norte há décadas. Seu autor é desconhecido, mas escolheu um pseudônimo sugestivo: “Bandi”, que em coreano significa “vaga-lume”.

Os sete contos do livro foram escritos entre 1989 e 1995 (as datas constam ao fim de cada um), que abarcam criticamente o regime de Kim Il-sung, avô do atual ditador do país, Kim Jong-un. Foram contrabandeados para a Coreia do Sul (o trajeto é inusitado e contado em dois posfácios), por lá publicados para depois serem traduzidos para 17 países.

As narrativas primam pelo realismo em linguagem acessível, com metáforas de fácil

entendimento. Sempre partem da dicotomia “povo x ditadura”, a compaixão em contraste com a ojeriza. Apesar de, no fim do livro, Bandi escrever um poema em que fala como suas palavras *são secas como um deserto*, a narrativa, permeada por frases longas, muitas vezes detidas em conflitos afetivos internos, passa longe da praticidade doída e árida de textos como um *Vidas secas*, por exemplo.

O regime de exceção é caracterizado por um discurso solene, sisudo, cínico e controlador que se choca contra personagens que fazem relatos ao rés do chão – por isso, apesar da presença de um narrador onisciente em 3ª pessoa, há cartas, diários, sonhos, improvisos teatrais no palco. Autor e criação se confundem por conseguirem elaborar sua própria visão de mundo diante dos *dias semelhantes, dias frequentes demais em uma vida que, no fim das contas não podia ser chamada de longa* (p. 97). O povo é construído como comum, cheio de dignidade (valor que várias culturas orientais levam ao extremo), ao qual foram negadas comida, conforto, o convívio com a família e oportunidades de ascensão profissional.

Por servir a fins políticos de urgência em uma nação que vigia obsessivamente seus cidadãos, as narrativas de Bandi (que ainda mora no país) trabalham a previsibilidade como elemento importante. É preciso se fazer entender às claras. Os personagens

são oprimidos, açoitados a fins dramáticos e sempre alcançam a consciência da podridão do regime. As mulheres e os filhos – os rejeitados por excelência em uma ditadura de caráter masculino – várias vezes surgem como vetores dessa descoberta, mensageiros da lucidez. É “o cair da ficha” que nos permite ver os contos como narrativas de esperança.

\*\*\*

Chama a atenção, no poema do início e nos contos, o repúdio a Karl Marx e a suas ideias. No 2º conto, ele é associado a um monstro do folclore coreano e a um fantasma aterrorizante. No último, é colocado como fonte de todo sofrimento humano. Em momento algum se temporiza o fato de que as ideias implementadas na Coreia do Norte não são de Marx, mas sim uma leitura que dele é feita pelos governantes. É compreensível a ojeriza, já que o alemão e os ditadores são colocados como símbolos da pátria (o segundo conto do livro deixa isso evidente).

Ainda que hoje muitas de suas ideias sejam problemáticas (a noção do comunismo como o fim da História, para citar um exemplo elementar), Marx mapeou a estrutura do capitalismo de uma forma que ainda hoje suscita debates. Seu nome inquieta os reacionários e os neoliberais, prova simples e efetiva de sua atualidade. Ao nos

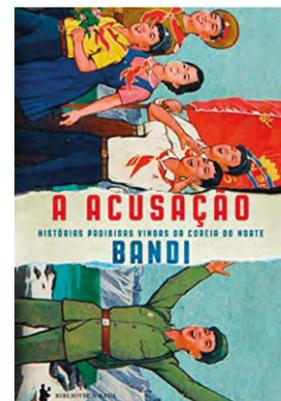
fornecer elementos para entendermos a estrutura do capitalismo, nos deu a chance palpável de enxergar a possibilidade de termos uma sociedade diferente desta.

A edição de *A acusação* carece de um texto que situe minimamente os usos das ideias de Marx pela ditadura nortecoreana. Em um Brasil no qual o pluralismo ideológico é visto como nocivo e grupos de estudos sobre o filósofo são denunciados ao Ministério Público (como ocorrido na UFMG em 2017), chega a ser irresponsável a ausência dessa contextualização para (aparentemente) se valer da atenção dada às recentes aproximações entre Estados Unidos e Coreia do Norte.

\*\*\*

No 6º conto, a *liberdade* – valor que atravessa o livro – é formalmente nomeada como o ideal contra o combate das opressões advindas da *igualdade* (nomeada assim no último texto). São valores jamais colocados em prática seja pelos regimes dos EUA ou pelas ditaduras na Rússia, China e Coreia do Norte. Parece caber aqui a provocação feita por Octavio Paz (em *Uma outra voz*). Diz o mexicano que as liberdades individuais se chocam e procuram se anular; e a igualdade é um valor ético a se aspirar, que só pode conciliar as diferenças naturais entre os humanos por meio da ação da *fraternidade/solidariedade*. É este elemento que nos aproxima do vaga-lume diante dos nossos olhos e serve como atrativo para um texto de estética simples, que, dadas suas condições de produção, cumpre bem seu objetivo político.

1. As ideias estão presentes no livro *Sobrevivência dos vaga-lumes*, de Didi-Huberman (Editora UFMG).



### CONTOS

*A acusação*  
Autor – Bandi  
Editora – Biblioteca Azul  
Páginas – 232  
Preço – R\$ 39,90

# Perdidos numa Barcelona selvagem

Não a Barcelona reluzente, orgulhosa de si, nem muito menos a Barcelona do gazpacho perfeito, do Gaudí ou do Paseo de Gracia e suas vitrines de luxo. Não a cidade que os turistas compram caro para ver, e que talvez nem mais exista, já que tudo o que passa a ser vendido por uma agência de turismo, e seus folders coloridos, deixa um pouco de respirar. Vira uma múmia amaldiçoada pelo excesso de marketing e de flashes fotográficos. Não é, definitivamente, essa a Barcelona que o escritor mexicano Juan Pablo Villalobos escolheu para abrigar seu novo romance, *Ninguém precisa acreditar em mim*, vencedor do Prêmio Herralde (o mesmo que consagrou Roberto Bolaño e seu *Os detetives selvagens*).

Após uma série de livros que pode ser considerada sua trilogia mexicana (*Festa no covil*, *Se vivéssemos em um lugar normal* e *Te vendo um cachorro*), Villalobos decidiu voltar o olhar para a cidade onde hoje habita, onde formou família, onde constituiu uma ideia qualquer de normalidade e cotidiano. Seu México natal ficou distante, quase

irreal, quase para turistas, como o gazpacho e o Gaudí da Barcelona dos folders. Sobre a mudança geográfica, o autor chegou a comentar em artigo para o **Pernambuco**: “O México não era mais aquele país onde eu morava, aquela pátria que eu conhecia. Dentro de mim, o México estava deixando de ser um espaço real de interação para virar um cantinho de lembranças. Um lugar, até, imaginário. Cada vez que eu colocava a bunda na cadeira para escrever, sentia que o cenário do enredo escorregava entre minhas mãos. Eu pressentia o perigo iminente de tornar folclórico, exótico, aquele que tinha sido meu lar”

*Ninguém precisa acreditar em mim* é um romance policial, com cobertura de autoficção – o protagonista se chama Juan Pablo Villalobos e, assim como o autor um dia, foi para a capital catalã fazer uma pós-graduação em literatura –, que flagra uma cidade barata, suja, veloz, ímã potente para imigrantes da América Latina, *boludos* que recebem olhar de desdém dos

nativos. Uma Barcelona incomodada com a pecha de cosmopolita, mas já é tarde demais para retirá-la, uma cidade que se perde pelas ruelas invisíveis ao lado de suas luminosas *ramblas*, de habitações minúsculas, sem eira nem beira. Uma Barcelona que pedia para ser escrita.

Na escrita, o autor reacende não apenas seu talento em construir tramas à beira do *nonsense* com passagens violentas (nas cenas e na linguagem). Também se consagra como artesão de histórias engraçadas, algo entre o riso solto e a desfaçatez da ironia. Após ser comprometido num negócio esdrúxulo pelo primo, o Villalobos – personagem acaba tendo sua pós-graduação comandada por um grupo criminoso envolto em mistérios. O que mesmo eles teriam a ganhar com esse aluno de Letras? O romance parece prestar homenagem a Bolaño, que já foi um latino-americano perdido pelas *ramblas* catalãs e que tanto gostava de meter seus intelectuais (estudantes, professores,

escritores, críticos, etc) por peripécias absurdas.

Mas Villalobos é um narrador tão exímio que sabe usar o fantasma de Bolaño sem ser petrificado por ele (o que acontece com muitos dos seus contemporâneos). *Ninguém precisa acreditar em mim* é um dos bons lançamentos de língua espanhola a chegar ao Brasil este ano. Um romance selvagem, mas com uma selvageria toda própria. (Schneider Carpegiani)



## ROMANCE

*Ninguém precisa acreditar em mim*  
Autor – Juan Pablo Villalobos  
Editora – Companhia das Letras  
Páginas – 264  
Preço – R\$ 54,90

# As circunstâncias

Um testemunho da agressividade contra a arte é o que vemos em *O texto e suas circunstâncias*, do curador Rodrigo Moura. Ele parte da censura que tentaram impor à exposição *Faça você mesmo a sua capela Sistina*, de Pedro Moraleida (1977-1999), realizada em BH no ano passado. A mostra, que recria o imaginário católico de forma crítica, foi hostilizada por religiosos. Segundo Moura, é pela incompreensão das dinâmicas de representatividade na arte que religiosos fanáticos são levados a entender que as imagens “são pinturas e aqueles seres não existem a não ser naquelas pinturas, estando portanto isentos de antemão de quaisquer julgamentos que possam caber a nós mortais”. O texto interessa tanto por mostrar como uma parte visível do discurso religioso instila um ódio burrificante quanto por colocar o trabalho de Moraleida como resposta ao reacionarismo que assola o país. A narrativa, por ter sido feita para

o exíguo espaço de um catálogo de arte, carece de ideias sobre o reacionarismo (por exemplo, pensar como o sistema educacional brasileiro não educa para a arte) – que abrem questionamentos às produções ditas artísticas. Vale por manter em pauta uma discussão urgente por meio de uma respeitada voz do campo das artes visuais. O texto pode ser lido no link [bit.ly/2uBusXo](http://bit.ly/2uBusXo) (I.G.)



## ARTIGO

*Um texto e suas circunstâncias*  
Autor – Rodrigo Moura  
Editora – Chão da Feira  
Páginas – 4  
Preço – Gratuito

# Os autocratas

Os Romanov governaram a Rússia por 300 anos, foram depostos pela Revolução de 1917 e há um tempo despertam interesse dentro e fora de seu país natal (o último czar e sua família foram canonizados em 2000, gesto que demonstra perigoso revisionismo histórico, a meu ver). Em *Catarina, a Grande & Potemkin*, vemos movimentos anteriores a esse processo, do século XVIII, quando a Rússia autocrática estava no auge. Estava no auge porque Catarina e Potemkin eram amantes que se completavam intelectualmente, dois estadistas sempre tratados pela crônica da época como “geniais”. É na curiosidade sobre a fronteira inexistente entre os indivíduos e o Estado que surge a força do livro. O que se vê é uma avalanche consistente de dados bem sistematizados, numa escrita clara e

acessível que nos situa na complexa rede de ocorridos que sempre envolveram os monarcas russos. Montefiore revira a história de um casal lendário sem deixar o mito infértil. Pelo contrário, ao fim do livro entende-se a força dos dois em conjunto sem se desmerecer a competência de Catarina – uma das maiores monarcas que a Europa conheceu (I.G.)



## BIOGRAFIA

*Catarina, a Grande & Potemkin*  
Autora – Simon S. Montefiore  
Editora – Companhia das Letras  
Páginas – 816  
Preço – R\$ 89,90

# PRATELEIRA

## O FOGO E O RELATO

Reunião de dez ensaios do filósofo italiano Giorgio Agamben, na qual ele discorre sobre o “elemento passível de ser desenvolvido” e da “zona impessoal de indiferença” a partir de autores clássicos da literatura ocidental. Nesta obra se veem os conceitos que deram notoriedade aos trabalhos de Agamben – inoperosidade, uso, potência-de-não e forma-de-vida – no texto elencados em uma inquietação que assola muitos intelectuais: qual seria o “mistério da literatura”?



Autor: Giorgio Agamben  
Editora: Boitempo  
Páginas: 168  
Preço: R\$ 41

## TERRA ESTRANHA

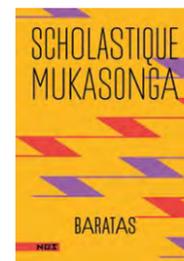
Importante obra da literatura norte-americana que volta ao mercado brasileiro em tradução de Rogerio Galindo. A partir do envolvimento de Rufus, um baterista negro, com Leona, mulher branca do sul dos EUA, James Baldwin (1924-1987) aborda temas relevantes, como raça, nacionalismo, depressão e também a bissexualidade – um tabu para a época (1962). Os personagens tentam reverter as barreiras do racismo e das convenções burguesas em busca de si mesmos.



Autor: James Baldwin  
Editora: Companhia das Letras  
Páginas: 568  
Preço: R\$ 69,90

## BARATAS

Romance que investiga a desumanização ocorrida no genocídio do povo tutsi ocorrido em Ruanda nos anos 1990, no qual morreram 800 mil pessoas. Como um pai de família ou um colega de escola é subitamente levado a empunhar armas e assassinar uma população? A narrativa compõe o ciclo testemunhal da obra de Mukasonga, composto também por *A mulher de pés descalços* e *Nossa Senhora do Nilo* – todos destinados a pensar o genocídio tutsi.



Autora: Scholastique Mukasonga  
Editora: Nós  
Páginas: 192  
Preço: R\$ 40

## ARDIS DA IMAGEM

Livro com análises de manifestações do “racismo à brasileira”. É fruto de pesquisa de campo e de uma profunda reflexão teórica. Os textos expõem as graves consequências dos discursos de exclusão e, em paralelo, cobram da sociedade brasileira posicionamento de respeito e de defesa dos direitos humanos.



Autores: Edimilson de A. Pereira e Núbia Pereira M. Gomes  
Editora: Mazza  
Páginas: 296  
Preço: R\$ 60



# José CASTELLO

[www.facebook.com/JoseCastello.escritor](http://www.facebook.com/JoseCastello.escritor)

ARTE SOBRE IMAGEM DE REPRODUÇÃO



## De cabeça para baixo

**Aos saudosistas** do autoritarismo, que hoje se multiplicam, desesperançados e ferozes, pelo país, sugiro a leitura não de um panfleto político, não de um tratado de Sociologia ou de um ensaio de história contemporânea, mas de uma inspirada narrativa infantojuvenil: *Clarice*, de Roger Mello (Global Editora, com lindas ilustrações de Felipe Cavalcante). No inesquecível livro de Roger, que já surge como um clássico, uma menina, chamada apenas de Clarice a – uma homenagem declarada à escritora – relata sua difícil vida sob um regime político de trevas e exceção.

É um mundo revirado, um mundo que, a cada pequeno passo, pede não só compreensão, mas, sobretudo, decifração. “Esse é um mundo em que tudo está de cabeça pra baixo”, descreve a menina. Amparada pela presença de seu pequeno companheiro Tarso, jogada aqui e ali para as mãos de adultos diferentes, Clarice enxerga um mundo pela metade – exatamente como acontece quando, durante a noite, sem a ajuda de uma lanterna ou vela, atravessamos um quarto escuro. O que se vê é muito pouco, mas o bastante para despertar estupefação e as piores fantasias. Pessoas que desaparecem, livros de capa vermelha que são lançados, durante a noite escura, em um grande lago, homens duros e anônimos, vestidos de uniformes, que Clarice define apenas como E.L.E.S. Escuridão, estranhamento, e, mais ainda, medo.

“Que sentido faz alguém que tem tantos livros atirar livros pela ponte?” Não há sentido algum, mesmo para quem consegue ver a paisagem por inteiro, ainda mais para uma menina, de quem quase tudo se esconde, ou se tenta esconder, e que, em consequência, vê sempre um mundo partido ao meio. “No mais, as coisas ficam assim sem muita explicação no mundo dos livros afundados.” Um mundo que foge – todos parecem estar assustados e em fuga. Um mundo marcado pelo rombo de uma mãe desaparecida, de quem a menina não teve, sequer, tempo para se despedir. “Se não faz sentido, procuro entender um movimento sem sentido.” A razão, mesmo quando tudo conspira contra ela, nunca perde a esperança.

Fogem, sobretudo e sem que ela possa entender por que, da polícia de E.L.E.S. Há alguma coisa errada, há uma guerra que não se deixa ver, alguma tensão que sempre escapa e que, no entanto, está, o tempo todo, ali mesmo. Nesse território de indefinição, o próprio nome da menina, Clarice, passa a soar estranho. “Clarice clarice clarice, meu nome assim repetido vai ficando longe de mim. Quanto mais repetido, mais estranho parece o meu próprio nome.”

O primo chega para visitá-la e a tia – que agora cuida da menina – pede que Clarice nada fale com o garoto sobre livros e pedras. Livros amarrados em pedras que são tragados pela boca imensa do lago: o que podem significar? Como conseguir ler um livro que foge? Uma vizinha a leva, na companhia de Tarso, a uma sessão de cinema no Cine Brasília. Sim: é de Brasília que se trata. Lá está o grande lago Paranoá, lá estão os livros guarás assustados e perdidos entre os carros, lá está o nome, Brasília, que se repete em várias partes. Lá estão os Aero Willys Itamarati, os carros da época – “palácio sobre rodas”, se dizia – a carregar figuras obscuras e ameaçadoras.

O pai de Clarice também sumiu. Trabalhava para E.L.E.S. com a missão de cortar cenas de filmes consideradas perigosas. Quando falam do pai, usam a palavra “subversivo”. “Não sabíamos o que era essa palavra, ‘subversivo’. Mas ouvíamos muito, então repetíamos sem saber mesmo: subversivo, subversivo subversivo. Era bom de repetir.” Sim: talvez a repetição interminável da palavra misteriosa fosse uma maneira de controlar – ou de imaginar controlar – o próprio medo. Nesse mundo adverso, nada se completa, nada se conclui, tudo se evapora – então restam palavras vazias a que se agarrar em busca de uma explicação. De uma respiração.

“Nossa conversa ficou pela metade também. Como um filme cortado.” Mesmo em um mundo tão adverso, a tia de Clarice e mãe de Tarso continuam a lutar, e a menina é arrastada por aquelas tentativas meio

desesperadas de emprestar um sentido, ou de oferecer uma solução, ao incompreensível. Os adultos mudam as coisas de lugar, escondem e disfarçam objetos, escapam. Fazem coisas incompreensíveis, mas que Clarice respeita mesmo sem compreender. Ideias incômodas lhe vêm à mente: “Vai ver fabricam um explosivo”. Mas o que é explosivo mesmo é aquele estado de turvação e de negação em que ela é obrigada a viver.

Nesse ponto, Tarso é mais esperto do que ela: “O Tarso ouvia conversas que os outros tentavam esconder. Um especialista, ele. Eu não me atrevia a ouvir os silêncios”. Silêncio, pausas, palavras engolidas a seco, códigos, gestos escondidos: todo um mundo não só a decifrar, mas a suportar. Como as lacunas são profundas, Clarice as preenche com a imaginação, e assim chega a explicações ainda mais desconexas e incompreensíveis. “Uma outra conversa foi interrompida pela metade.” Tudo fica pela metade, nada se conclui, ou se fecha; partido ao meio, é um mundo manco e vacilante que lhes resta.

A realidade se torna, cada vez mais, indecifrável. Quem fala o que? Frases misturadas, vozes também, palavras que se derretem e se confundem. Trevas: a palavra é mesmo essa. Para se salvar de tanta confusão, Clarice se põe a conversar consigo mesma. “Eu pergunto e eu respondo. Eu concordo, eu não concordo, eu fico dias sem falar comigo.” Assim, tem, pelo menos, algum controle sobre a realidade.

Até que Tarso vai embora. Clarice o leva ao aeroporto. Ele diz que vai para a Coreia, conta muitas histórias da Coreia, mas ela sabe que, na verdade, ele vai para o Chile. Assim, escapa daquele mundo raso e uniformizado. E.L.E.S. têm um mundo só deles, em que tudo se repete e se fecha. “E.L.E.S. têm seu próprio aeroporto, o seu próprio mercado, E.L.E.S. têm um planeta só deles.” Para se salvar, Clarice se apegua a lembranças do futuro. Só no futuro pode haver uma saída. Sim, porque, em um mundo que se fechou, já não há saída alguma. Não se pode sequer respirar. É preciso não esquecer.